INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS PALMAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE:

OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

Palmas – TO

2023

JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE:

OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Jair José Maldaner

Palmas – TO

Maio / 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S586a Silva, Jeffirson Ramos da
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE : OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO / Jeffirson Ramos da Silva. – Palmas, TO, 2023.
110 p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2023.

Orientador: Dr. Jair José Maldaner

1. Plano Nacional de Educação. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Observatório Social. I. Maldaner, Jair José. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.
Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE: OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

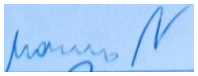
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 13 de Maio de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Jair José Maldaner
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
(Orientador)



Prof. Dr. Marcelo Rythowen
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Palmas
(Membro interno)



Profa. Dra. Dilsilene Maria Aires de Santana
Universidade Federal do Tocantins / Palmas
(Membro externo)

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE: OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

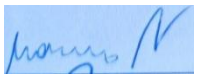
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de Maio de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Jair José Maldaner
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
(Orientador)



Prof. Dr. Marcelo Rythowen
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Palmas
(Membro interno)



Profa. Dra. Dilsilene Maria Aires de Santana
Universidade Federal do Tocantins / Palmas
(Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Profept pela oportunidade em estar cursando este Mestrado, e agradeço ao meu orientador, o Professor Jair José Maldaner, por me aceitar como orientando, me guiar até a conclusão deste trabalho e contribuir de maneira significativa para esta importante etapa de minha formação.

Quero agradecer aos meus dois amores, minha esposa e companheira Flávia e minha filha Júlia, por estarem e dividirem ao meu lado meus sonhos e aventuras, amo imensamente vocês.

Agradeço ao Tocantins por ter se tornado este Estado tão importante na minha vida.

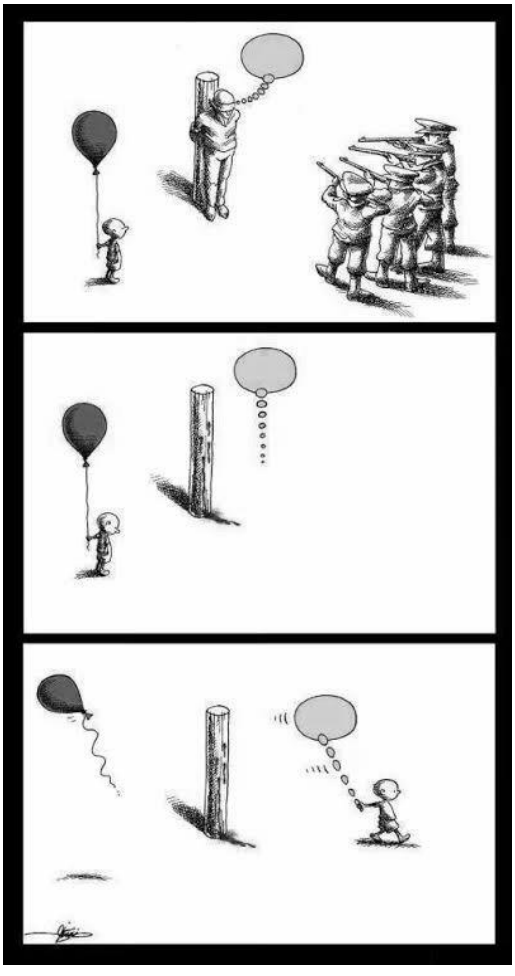
Agradeço também a minha família: Pai, Mãe e irmãos. Que mesmo longe torcem por mim e a cada 6 meses sempre buscamos matar a saudade e comemorar a vida. Bem como o meu sogro e minha sogra e meus cunhados.

Agradeço ao meu amigo/irmão Vinícius pelas conversas e troca de conhecimentos e por uma amizade de uma vida toda.

Agradeço aos amigos Diogo e Emanoel pela amizade, companheirismo e pela resenha e alegria. Agradeço a Verônica pela amizade e pelo exemplo de militante. Agradeço a Naelana e Ananda também pelo companheirismo. Enfim, agradeço a nós que Somos a Consulta Popular!

Agradeço a minha banca, o professor Marcelo e Professora Dilsilene por aceitarem este compromisso de me avaliar e contribuir de forma importante neste trabalho.

Por fim agradeço aos estudantes, professores e demais profissionais da EPT, pois este trabalho foi feito pensando no compromisso social de uma pós-graduação pública em fazer avançar formas de organizar o conhecimento, e contribuir na luta por melhores condições de vida e educação.



RESUMO

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) encerra-se em 2024, e, durante os seus quase 10 anos de vigência, teve o desafio de melhorar as condições da Educação brasileira. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar em que medida as Metas e Estratégias referentes ao PNE de 2014, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foram cumpridas a partir do cenário político e educacional que surge em 2016 até o ano de 2022. Parte-se de uma análise histórica do PNE buscando demonstrar a luta pela sua efetivação e a sua relação objetiva com os avanços na EPT. Com o propósito de compreender o acompanhamento do PNE, traz-se o debate sobre o controle social das políticas públicas e sua importância no incentivo à participação popular no processo de implementação do Plano e os desafios políticos para que esta participação se efetive. Foi utilizado o método dialético para, a partir de análise bibliográfica, compreender o contexto histórico e assim analisar, através de documentos, o cumprimento das Metas e Estratégias referentes à EPT do PNE entre os anos de 2016 a 2022. Foi confirmada a hipótese de que o Plano foi abandonado neste período, suas Metas e Estratégias em relação à EPT avançaram muito pouco e tiveram consequências negativas no âmbito geral e especificamente no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Palmas. Diante disso, o Produto Educacional desenvolvido nessa pesquisa é um Observatório com informações sobre as Metas e Estratégias dos PNE, que são específicas e/ou estejam relacionadas à EPT do IFTO, tendo o objetivo de ser um instrumento que trata de uma temática transversal e com o intuito de ser útil no acompanhamento e, até, mobilização para estudantes e demais profissionais do IFTO.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Plano Nacional de Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Observatório Social.

ABSTRACT

The current National Education Plan (PNE) ends in 2024, and during its almost 10 years of existence, it had the challenge of improving the conditions of Brazilian Education. In this way, this research has as its main objective to analyze to what extent the Goals and Strategies related to the 2014 PNE, with regard to Professional and Technological Education (EPT), were fulfilled from the political and educational scenario that emerges in 2016 until the year 2022. It starts with a historical analysis of the PNE, seeking to demonstrate the struggle for its effectiveness and its objective relationship with the advances in the EPT. With the purpose of understanding the monitoring of the PNE, the debate on the social control of public policies and its importance in encouraging popular participation in the Plan's implementation process and the political challenges for this participation to become effective are discussed. The dialectical method was used to, based on a bibliographical analysis, understand the historical context and thus analyze, through documents, the fulfillment of the Goals and Strategies related to the EPT of the PNE between the years 2016 to 2022. The hypothesis that the Plan was abandoned during this period was confirmed, its Goals and Strategies in relation to the EPT advanced very little and had negative consequences in the general scope and specifically in the Federal Institute of Tocantins (IFTO), Campus Palmas. In view of this, the Educational Product developed in this research is an Observatory with information on the Goals and Strategies of the PNE, which are specific and/or are related to the EPT of the IFTO, with the objective of being an instrument that deals with a transversal theme and with in order to be useful in monitoring and even mobilizing students and other IFTO professionals.

Keywords**:** Work and Education. National Education Plan. Professional and Technological Education. Social Observatory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos utilizados para análise…….....……44

Quadro 2 - Metas e estratégias específicas do PNE, relacionadas a EPT e utilizadas para análise.....46

Quadro 3 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco ampliação”.....47

Quadro 4 - Matrículas na educação profissional.....49

Quadro 5 - Número de matrículas na educação profissional por sexo e cor/raça.....50

Quadro 6 - Número de matrículas na EJA integrada à educação profissional.....51

Quadro 7 - Número total de matrículas da educação profissional técnica de nível médio.....52

Quadro 8 - Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....53

Quadro 9 - Números relacionados à educação profissional no campo: matrículas, estabelecimentos e turmas.....54

Quadro 10 - Número de pessoas privadas de liberdade que faziam curso técnico ou capacitação profissional.....55

Quadro 11 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco formação”.....55

Quadro 12 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco aprendizagem”.....57

Quadro 13 - Dados do IFTO - Números de matrículas e docentes na educação profissional e profissional técnica.....58

Quadro 14 - Taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio no IFTO em 2020.....59

Quadro 15 - Números de turmas na educação profissional, profissional técnica e EJA e número de salas e funcionários no IFTO.....59

Quadro 16 - Números de computadores, dados sobre alimentação escolar e materiais didáticos e sistema de cotas no IFTO.....60

Quadro 17 - LOA do IFTO.....61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNDE – Campanha Nacional Pelo Direito à Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONED – Congresso Nacional de Educação

CMAP – Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

CNE – Conselho Nacional de Educação

EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei De Diretrizes e Bases

LOA – Lei Orçamentária Anual

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

MEC – Ministério da Educação

OS – Observatório Social

PEE – Plano Estadual de Educação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 13

2. INTRODUÇÃO 15

3. REVISÃO DE LITERATURA 20

3.1 EPT E O MUNDO DO TRABALHO 20

3.2 EPT E O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA 25

3.3 CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 35

4. METODOLOGIA 41

4.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL 44

5. DADOS E ANÁLISE DOS DADOS - UMA ANÁLISE DA EPT NO BRASIL 45

5.1 DA AMPLIAÇÃO 47

5.2 DA FORMAÇÃO 55

5.3 DA APRENDIZAGEM 57

5.4 IFTO E O PNE 57

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 62

7. REFERÊNCIAS 66

8. APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL 71

9. ANEXO 1 106

1. APRESENTAÇÃO

Natural de Guanambi, interior da Bahia, sou licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia / Campus XII. Durante a Graduação fui monitor bolsista de Ensino e de Extensão. Algo que faço questão de destacar e que influenciou de maneira significativa o meu aprendizado e a construção do meu conhecimento foi a participação ativa no Movimento Estudantil, onde fui coordenador geral de DA, integrei a Executiva Regional de Educação Física, fui representante Discente na Universidade e participei de greves estudantis e encontros Regionais e Nacionais de estudantes.

Em 2010 concluí a minha graduação e no mesmo ano me tornei professor efetivo de Educação Física da Prefeitura Municipal de Palmas-TO, onde atuo ainda hoje. Nos anos de 2017 a 2020 atuei também como professor Bolsista no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária / PRONERA. E ainda fui diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no TO – SINTET – na gestão 2014/2017.

Ainda como estudante universitário tive a oportunidade, em 2010, de participar das pré-conferências nacionais de educação, e logo depois, enquanto Professor da Rede Municipal de Educação de Palmas/TO participei ativamente das conferências municipais de Educação que aconteceram no ano de 2012 com o objetivo de elaboração do PNE e do Plano Municipal de Educação. Diante disso, percebi a importância do debate e a necessidade de se manter a mobilização após a aprovação da Lei, no sentido de buscar garantir o cumprimento daquilo que significou o esforço de muitos.

Agora enquanto estudante do mestrado ProfEPT tenho a oportunidade de trabalhar a temática do PNE, que é relativamente pouco pesquisada no âmbito deste mestrado, e que pode representar uma importante contribuição diante do cenário educacional nada favorável a trabalhadores e estudantes que surgiu nos últimos anos.

Assim, este trabalho busca compreender quais as consequências efetivas de cumprimento das metas e estratégias do PNE de 2014 na Educação Profissional e Tecnológica diante das mudanças políticas e econômicas após o ano de 2016 até o ano de 2022.

Na EPT a ampliação estrutural e de acesso e o investimento público que se viu na década anterior a 2010 e que se propunha a continuar no PNE/2014 não teve continuidade, pelo contrário, no momento que mais se exigiu investimento, devido a pandemia do coronavírus por exemplo, os estudantes e professores não receberam sequer o auxílio tecnológico e social justo.

Metodologicamente nesta dissertação, partiremos na primeira seção, de uma análise histórica da relação educação e trabalho, resgatando concepções que defendem uma educação ampla/omnilateral e que garanta a construção de um mundo socialmente menos desigual e mais justo economicamente para todos. Entendemos que este debate perpassa pelo PNE no sentido de que a educação brasileira avance, por exemplo, na ampliação de escolas com estruturas de qualidade e na garantia da oferta de vagas que atendam a todos sem discriminação, criando possibilidade de acesso às minorias historicamente excluídas.

Já na segunda seção, fizemos uma análise histórica da luta por um PNE no Brasil, desde a década de 30, demostrando que especificamente, desde a década de 2000, a educação profissional avançou a partir da implementação do primeiro PNE.

Na terceira seção, trazemos o debate do controle social das políticas públicas no Brasil, que diz respeito à necessidade da sociedade participar da construção e do acompanhamento das leis existentes e que são de interesse social. Porém trazemos alguns elementos que demonstram que o próprio Estado, através de medidas adotadas politicamente, também tem responsabilidade na desmobilização social a partir do momento que cria medidas políticas/econômicas que dificultam o cumprimento destas leis.

Na análise de dados, identificamos as metas e estratégias que dizem respeito e citam diretamente a EPT, para que a partir dos dados do censo escolar e de relatórios de acompanhamentos do PNE, fizéssemos uma análise dos mesmos buscando identificar a situação da EPT no cenário atual e também especificamente no IFTO, do ano de 2016 até 2022, mediante os objetivos que constam no PNE.

Por fim apresentamos o nosso produto educacional, que cumpre um dos objetivos do Mestrado ProfEPT, que é o de desenvolver atividade de pesquisa relacionada à educação profissional e tecnológica na perspectiva de

elaboração de produtos educacionais, e que dentro da linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” tem como foco as estratégias transversais e interdisciplinares nos processos de concepção e organização do espaço pedagógico. A pesquisa e o Produto também fazem parte do Macroprojeto 4, que tem como objetivo trabalhar as principais questões relacionadas à história e memória da EPT.

O Produto Educacional fruto desta pesquisa é o Site www.observatoriopneifto.com.br que tem como objetivo ser um Observatório Social do PNE no IFTO, fazendo com que a comunidade do Instituto tenha um instrumento que acompanhe de perto os dados relacionados ao PNE, relativos especificamente a EPT e também ao próprio IFTO. Com o objetivo de incentivar o acompanhamento das metas e estratégias do atual PNE, a partir da análise que foi feita nesta pesquisa, fazendo também com que este Observatório possa auxiliar na construção do próximo plano, através da discussão com base nos dados sistematizados e organizados nele.

2. INTRODUÇÃO

Desde 2016 o Brasil convive com uma política de congelamento do orçamento público que tem previsão de durar 20 anos (PEC 241 / EC 95). Em 2019 iniciou-se um governo declaradamente de direita, que teve como característica o aprofundamento das politicas econômicas neoliberais, e desde 2020 a pandemia do novo corona vírus forçou à adoção de medidas que afetaram ainda mais a situação de vida da maioria da população brasileira. Estes são alguns dos fatores que influenciaram de maneira significativa a implementação do Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), que foi aprovado em 2014, quando o cenário político, econômico e social eram bem diferentes.

> Desde o começo das políticas de austeridade – em 2015, mas agravando-se a partir da EC 95 – já se contabiliza uma perda de R$ 99,5 bilhões (USD 20 bilhões), sendo R$ 32,6 bilhões só em 2019 (USD 7 bilhões), segundo cálculos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (DIPLOMATIQUE, 202O)

A construção do PNE, e seus respectivos planos Estaduais e Municipais (PEE e PME), implicaram esforços dos mais diversos setores no âmbito da

sociedade na elaboração de compromissos (metas e estratégias) que tem como função orientar toda a educação brasileira pelo período de 10 anos.

A sua elaboração contou com a realização de conferências de educação municipais, estaduais e nacionais e uma participação com ampla capilaridade e diversidade que buscou “Aglutinar um conjunto de ideias que fossem capazes de representar o grande, diverso e complexo sistema educacional brasileiro” (ASSIS, 2017, p. 299). Ao ser enviado ao congresso o PNE sofreu ainda mudanças até ser sancionado pelo executivo federal, na época a Presidenta Dilma Rousseff.

Posteriormente a sua aprovação, uma grande responsabilidade que se inicia é o de acompanhar a execução do PNE nos mais diferentes níveis e, principalmente, nas metas e estratégias de interesses sociais e que contribuem para avançar na qualidade das escolas, no acesso e ampliação ao ensino, na valorização do docente, na expansão das estruturas das unidades, entre outras demandas. A implementação e o acompanhamento tanto do PNE quanto dos planos estaduais e municipais consistem no desafio de aproximar, cada vez mais, a sociedade dos debates relativos à melhoria e avanços da educação.

Para isso, este trabalho tem como objetivo principal analisar em que medida as metas e estratégias referentes ao PNE de 2014, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, foram cumpridas a partir do cenário político e educacional que surge em 2016 até o ano de 2022.

Partiremos dos seguintes objetivos específicos:

- Analisar a política educacional referente a Educação Profissional e Tecnológica presente no atual PNE/2014, bem como seu contexto e fundamentos;
- Analisar o cumprimento das Metas e Estratégias referentes à Educação Profissional e Tecnológica do Plano Nacional de Educação entre os anos de 2016 a 2022;
- Desenvolver um Site com informações sobre as Metas e Estratégias dos PNE, PEE e PME, que sejam específicas e/ou esteja relacionado à Educação Profissional e Tecnológica do IFTO, com o objetivo de ser um instrumento de acompanhamento para a comunidade.

Parte-se da hipótese de que a partir de 2016 o cenário político, econômico e social se torna totalmente desfavorável à população brasileira em geral, enquanto uma parcela bem reduzida e endinheirada da população consegue ampliar os seus rendimentos. Em momentos de crise os cortes orçamentários insistem em acontecer nas áreas que atendem a uma grande demanda da população.

No ano de 2016, ocorreu a saída de Dilma Rousseff da presidência e, consequentemente, aconteceu toda uma mudança ideológica que orientava as políticas de governo. A eleição de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, representa o avanço de outra política de governo totalmente oposta ao que se via até o ano de 2016, representando assim, um cenário totalmente diferente de quando foi aprovado o PNE em 2014.

Diante deste contexto aumenta a importância e o desafio de analisar concretamente o que vem sendo cumprido, e/ou o que vem sendo abandonado de metas e estratégias presentes no PNE e o reflexo disso no cenário da educação pública, no caso desta pesquisa, especificamente na Educação profissional.

Diversas propostas e mudanças já aconteceram no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica no último período, desde 2016, e sem dúvida a situação econômica e social do Brasil nos últimos anos tem impactado diretamente nas escolhas e ações do Estado brasileiro, em relação a esta área da educação. Por isso a importância de se analisar, criticamente e concretamente, esse cenário para que possamos ter clareza dos desafios a serem enfrentados.

Além da Meta 10 do PNE que trata da oferta de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional e da meta 11 que trata da oferta e expansão de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, existem ainda outras 5 Metas e 26 estratégias que tratam diretamente desta temática, além das estratégias específicas presentes também nos PEE e PME.

E como já destacado, existe a necessidade de análise constante do Plano Nacional de Educação, diante da mudança de cenário político,

econômico e social que vêm ocorrendo desde 2016, posterior a 13 anos de políticas neo desenvolvimentistas dos governos petistas.

De acordo com Luduvice (2023)

> “(...) a contradição principal da educação pública brasileira, principalmente, a partir da década de 1990 até antes do golpe de Estado de 2016, foi o conflito entre os defensores da educação pública de gestão pública *versus* os defensores da sua privatização”. (p. 19)

E isso se expressa consequentemente na EPT, visto que a temática da profissionalização na educação e a sua apropriação pela ideologia empresarial vem se tornando cada vez mais próximas.

Laval (2019) coloca que a população se apoia na escolarização de seus filhos para que se tenha sucesso na vida social e profissional, sendo que a esperança de um bom emprego se sustenta como consequência de uma boa escolaridade e para isso não faltam estudos relacionando emprego e tempo escolar e a falta de qualificação para ocupar as vagas ociosas e disponíveis.

Para o autor, uma educação que promova o valor do trabalho e da dignidade dos trabalhadores, para além de fornecer mão de obra adequada às empresas, é um desafio a ser encarado. Para isso é necessário garantir o mínimo de estrutura e condições para que parte significativa dos brasileiros e brasileiras tenha acesso e estejam representados na realidade educacional do país.

Nesse sentido o PNE cumpre uma função importante, pois conseguiu estabelecer metas e estratégias para serem alcançadas a partir de um debate com uma parte significativa de representantes de trabalhadores, estudantes e sociedade em geral, e por mais que tenha contradições, busca avançar nas condições educacionais do país.

Verificar se ocorreram avanços ou não nas metas e estratégias do PNE é um desafio constante para as organizações que acompanham a situação da educação nos estados e municípios, a exemplo do que fazem a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE). O censo anual da educação básica é um instrumento importante que auxilia neste monitoramento, porém entendemos que ainda faltam ferramentas que possam facilitar com que as informações cheguem a estudantes, profissionais e sociedade em geral.

A internet é sem dúvida uma importante ferramenta de comunicação nos dias de hoje, porém, devido ao número gigantesco de informações disponíveis, existe uma dificuldade do usuário encontrar e acessar informações que procura e que atendam a sua necessidade. Desta forma, devido a complexidade que se tornou os ambientes virtuais, é necessário levar em consideração elementos como, por exemplo, a organização e formas de acessibilidade que facilitam a vida de quem usa as redes tornando-as mais eficientes (ALVAREZ et al, 2016)

O produto educacional fruto desta pesquisa, e que está inserido na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, visa trabalhar com uma temática transversal e interdisciplinar, busca trazer informações relativas ao PNE e que estão presentes na realidade e que dizem respeito ao dia-dia de quem frequenta o IFTO, no intuito de aproximar estudantes e profissionais deste debate através de análise específica da EPT, trazendo inclusive dados e análise do Campus Palmas.

Desta forma, entende-se que um site, com o objetivo de ser um Observatório do PNE no IFTO, é uma ferramenta que atende a esta necessidade e demanda, e que tem capacidade de armazenar e organizar informações de uma maneira mais acessível. De acordo com Pérez e Nassif (2017) os Observatórios Sociais (OS) compõem um sistema de informação, comunicação e reposição de dados que tem como objetivo oferecer conhecimento de fácil acesso, fazendo com que este compartilhamento de informações torne o acompanhamento das políticas públicas mais prático e fácil, melhorando inclusive a sua transparência na divulgação dos dados.

O Observatório e suas informações estão disponíveis para que possam ser utilizadas em sala de aula, trabalhado de forma transversal, ou no auxílio a pesquisas e reuniões/espaços em que se tratar do PNE. Compreende-se também, que o produto neste formato e com este objetivo, pode servir de inspiração para que outras instituições, movimentos, escolas ou afins construam ferramentas com a mesma finalidade, ajudando assim na mobilização e acompanhamento do PNE, com mais transparência.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 EPT E O MUNDO DO TRABALHO

O debate da Educação Profissional e Tecnológica já tem um longo percurso histórico e uma sólida fundamentação que tem como referência os mais atuantes e conhecidos autores e professores/as que, historicamente, estão na luta em defesa da Educação Pública e de uma sociedade mais justa. Debater Educação Profissional significa também se remeter ao Trabalho, que é o que move as relações de produção na sociedade e consequentemente é o que move a sociedade.

Trabalho e educação são atividades que somente os seres humanos podem realizar. É essa especificidade que fez com que se deixasse de ser refém das condições naturais e da natureza para começar a dominar, compreender e aplicar a ciência a favor da evolução da humanidade (Saviani, 2007). Assim, ao começar a produzir seus meios de vida, por meio do trabalho, a vida material dos seres humanos começou a ser organizada, criando um legado concreto para as gerações futuras. (Marx e Engels, 2009)

Ao mesmo tempo em que o trabalho era desenvolvido, coletivamente se estabelecia uma relação de educação, em que concomitantemente toda aquela comunidade se apropriava das técnicas e produtos criados, garantindo a produção da existência das próximas gerações (Saviani, 2007).

A maneira como a sociedade foi se desenvolvendo fez com que as formas e sentidos do trabalho e da educação também fossem se complexificando e desenvolvendo. Traz-se Frigotto (2009) para este debate, pois ele explica que existe uma razão fundamental de se compreender, por exemplo, a polissemia da categoria trabalho e que ela não é apenas e, sobretudo, semântica, teórica e epistemológica, ainda que mediada por essas dimensões, mas de natureza histórico-social, ontológica e ético-política.

De acordo com o autor, entender os sentidos e significados do trabalho na sociedade é complexo. Um exemplo que o autor coloca é a concepção que trata emprego e trabalho como sinônimos, ou que as mulheres que trabalham em casa, não trabalham. Ele também deixa claro que a compreensão da

polissemia da categoria trabalho, no sentido de entender o que está presente na sociedade, ainda está em curso.

Fato é que a relação trabalho e educação não acontece mais no ato da produção como nos primórdios. À medida que as relações sociais foram se tornando mais complexas, divididas e subdivididas, a sociedade criou espaços separados e específicos (escola) para a educação, mas sempre tendo como base curricular o desenvolvimento do trabalho (Saviani, 2007).

Uma educação que supere essa divisão e qualifique a escola e o currículo escolar no sentido de ofertar um ensino que esteja a serviço do desenvolvimento intelectual e cultural do estudante, é o desafio que se busca para uma formação omnilateral.

Diante deste debate Saviani (1989) traz o conceito de politecnia para poder oferecer subsídios para se repensar a direção do sistema de ensino no país. O autor parte da concepção de que a politecnia surge da problemática do trabalho e que toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho. É o trabalho que garante a existência humana. E é dentro das mudanças nas relações de trabalho ao longo da história e das sociedades que se deve ver a realidade da escola.

Para o autor “A noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral (SAVIANI, 1989, p. 7)” e ainda complementa dizendo que “A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1989, p. 17). A partir do domínio destes diferentes fundamentos, o trabalhador tem condições de realizar as mais variadas modalidades de trabalho. Do ponto de vista pedagógico a politecnia significa organizar, por exemplo, o ensino médio a partir de oficinas que garantam articulação entre trabalho manual e intelectual.

Moura, Silva e Filho (2015) buscam demonstrar, a partir do debate de Marx, Engels e Gramsci, a possibilidade de uma escola profissionalizante na sociedade capitalista associada à uma educação intelectual, física e tecnológica. Eles partem do pressuposto de que a discussão sobre uma educação que forma para a vida, superando um currículo meramente técnico, só é possível ocorrer, em sua plenitude, em outra forma de sociedade onde o

poder político esteja nas mãos dos trabalhadores, porém também colocam que alguns elementos importantes já podem começar a ser desenvolvidos na atualidade.

Com base nas formulações marxianas, Maldaner (2016, p. 27) coloca que “em Marx já aparecem as diretrizes gerais de uma educação pública universal, gratuita e igual a toda população. Além disso, uma educação tecnológica que alie trabalho produtivo e ensino que tem a omnilateralidade como sua finalidade”. Objetivamente, Marx (2012) expôs o que deveria ser proposto para as escolas e estudantes da sua época, e ao escrever a Crítica ao Programa de Gotha, avança no sentido de propor que “O parágrafo sobre as escolas devia ao menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola pública.” (MARX, 2012, p. 38)

Nesse mesmo pensamento Gramsci também exerce grande influência para o ideário de uma escola aliada ao trabalho. De acordo com Maldaner (2016, p. 28) “A partir das formulações marxianas de educação aliada ao trabalho produtivo visando formação omnilateral, Gramsci elabora a proposta da escola unitária que tem o trabalho como princípio educativo.”

Assim Gramsci trata a escola do ponto de vista interno em relação aos conteúdos, currículo… como também trata do ponto de vista externo a considerando como uma estrutura da ideologia. Dessa forma ele considera o problema escolar como parte da função dos intelectuais, sendo a escola um dos espaços para exercer essa função (MANACORDA, 2008)

Neste sentido, Gramsci defende uma,

> “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.” (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Gramsci consegue avançar e ser propositivo no sentido de apontar a escola unitária como uma solução para a junção do trabalho intelectual e industrial. Essa escola ocuparia os períodos das escolas primárias e médias e teria o objetivo de elevar o grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa do jovem a ponto de inseri-lo na atividade social (GRAMSCI, 2001).

> O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, 2001, p. 40)

Corroborando com esta discussão, Maldaner (2016) afirma que o debate da escola unitária é crucial hoje na sociedade brasileira, levando em conta os embates que se travam na busca de romper com todas as formas de exclusão social rumo à possibilidade de se construir um industrialismo de novo tipo e processos educativos não imediatistas que concorram para a formação omnilateral e a emancipação humana.

Gramsci classifica as escolas da sua época em profissional, média técnica e clássica, sendo a primeira para os operários/camponeses, a segunda para os pequenos burgueses e a terceira para a classe dirigente (MANACORDA, 2008). E a partir disso aponta que é um erro multiplicar e hierarquizar especificamente os tipos de escola profissional, mas é necessário “criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.” (GRAMSCI, 2021, p. 49)

Gramsci ainda define o Estado como sendo formado por uma classe política e por uma sociedade civil coagida pelo autoritarismo, e que atua a favor dos interesses da burguesia (MANACORDA, 2008), porém, é a partir deste Estado que se deve construir um Projeto de Escola Unitária onde é necessário existir uma relação com uma sociedade também unitária. (MALDANER, 2016)

Porém, de acordo com Ciavatta (2005) o grande nível de desigualdade existente no Brasil dificulta um programa sério de educação. Ela aponta as dificuldades que vão desde a falta de políticas de longo prazo até aos modelos de financiamento que objetivam o esvaziamento da participação do estado nas políticas públicas. Para a autora, países desenvolvidos têm menos preconceitos advindos da relação trabalho manual/intelectual, e as conquistas sociais nesses países são garantidas pelo desenvolvimento da educação e trabalho.

Ramos (2010) ao discutir o direito ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica, afirma que o discurso e o posicionamento da educação, na

década de 90, que era de preparar o estudante para o mercado de trabalho teve que ser corrigido, devido ao processo de desregulamentação e perda de direitos que a classe trabalhadora vivenciou. Assim a escola passou a “formar para a vida”, fazendo com que os estudantes estivessem preparados e flexíveis para as mais diferentes situações e empregos.

De acordo com Antunes (2009, p. 119), “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou “part time”, terceirizado”. O autor identifica uma tendência da diminuição do proletariado que vem de uma indústria verticalizada, ao mesmo tempo em que cresce um novo proletariado fabril e de serviços com a característica de serem terceirizados ou algo parecido. Outra tendência apontada é o aumento do trabalho feminino ao mesmo tempo em que, inversamente, os salários e as condições de trabalho delas são inferiores aos dos homens.

Isso demonstra que a precarização das condições de trabalho e dos salários dos trabalhadores, principalmente dos jovens e idosos, são características do atual cenário das relações de produção no Brasil. E estas características são influenciadas diretamente pelo Estado, seja pela criação de leis e regras que “facilitam” a vida do empregador e retiram direitos trabalhistas, seja pelos tribunais trabalhistas que ratificam as decisões.

Estes contextos e situações registradas no mundo do trabalho tem como consequência a forma como o estado planeja e organiza o currículo escolar, o financiamento, a distribuição de vagas e escolas, entre outras demandas da sociedade. A própria ideia de um PNE lá na sua origem tem como fundamento a relação entre a modernização do país (trabalho) e o avanço na criação de um sistema de organização escolar (SAVIANI, 2017).

Já o atual PNE, longe de ser a solução para todos os problemas da educação pública brasileira, apresenta elementos que podem contribuir dentro de suas limitações, para uma educação com mais oportunidades e que possibilite o acesso e o desenvolvimento de parcelas da população historicamente excluídas.

Estratégias[1] do PNE que dizem respeito a EPT e buscam, por exemplo, expandir as matrículas com atenção especial às populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, das pessoas com deficiência e na educação de jovens e adultos, ou a reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas, ou ainda a expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio, ou objetivos como reduzir as desigualdades étnico-raciais, podem significar, se de fato cumpridas, avanços para uma educação mais plural, acessível, bem estruturada e que contribua para o que sugere RAMOS (2010) que é uma formação básica unitária e a possibilidade de formação profissional dentro de um projeto de educação que integre trabalho, ciência e cultura.

3.2 EPT E O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

O acesso à educação pública brasileira sempre foi motivo de lutas. Melhoria da sua qualidade, aumento da oferta de vagas, assistência estudantil, mais verba pública, melhores salários são alguns dos diversos exemplos de demandas e debates que existiram e existem até hoje nas pautas estudantis, profissionais e legislativas que dizem respeito à Educação brasileira.

Do ponto de vista histórico da importância da escola, de acordo com Saviani (1989) é na sociedade moderna (capitalista) que as técnicas de produção se revolucionam e com isso os códigos (comunicação) se tornam uma exigência dessa nova sociedade. Assim a escola e sua universalização são determinantes para socialização destes códigos guiados pelo trabalho inserido no currículo escolar. A base do currículo elementar é constituída pelas ciências da natureza e ciências sociais, mais a matemática e a linguagem.

Na sociedade capitalista os meios de produção são privados, mas o conhecimento para que os trabalhadores possam exercer sua função não pode ser. Porém, o capitalismo desenvolveu formas de se adequar a isso: o conhecimento específico é limitado apenas ao exercício da sua função de

[1] Estratégias 3.7; 10.2; 10.5; 11.1; 11.13.

trabalho. É assim, que de acordo com Saviani (1989), surge a concepção de ensino profissionalizante (fragmentação do trabalho em especialidades autônomas). Esse ensino é destinado aos trabalhadores, aos donos das fábricas é destinado o ensino científico-intelectual.

Ao tratarmos especificamente da educação profissional no Brasil, percebemos que devido ao caráter escravista presente por mais de 300 anos no sistema de produção brasileiro, o desenvolvimento industrial aconteceu de forma tardia e consequentemente a educação ligada ao trabalho passou a ser algo destinado somente a escravos e a pessoas que estavam à margem da sociedade, causando assim certo distanciamento nas demais camadas da sociedade brasileira,

> No Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isto, "... habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais". (FONSECA apud GARCIA, 2021, p.1).

Segundo Garcia (2021), o advento da Primeira Guerra (1914) e a dificuldade de importação de produtos causados pelo momento, possibilitou a crescente instalação de indústrias no Brasil, forçando assim a necessidade de aumentar cursos para operários na época. A partir daí criou-se um novo regulamento das Escolas de Aprendizes e Artífices[2], porém o que se continuou vendo foi uma total desvinculação entre formação profissional e educação, visto que devido às poucas exigências técnicas presentes nas indústrias na época, a formação profissional se resumia a mero treinamento.

De acordo com Picanço (1995),

> "A educação profissional, em seus diversos graus e em todas as suas formas, tem seu maior impulso a partir de 1937, e isto se reflete na Constituição outorgada pelo Estado Novo, na qual se encontram as diretrizes nesse campo". (p. 92)".

[2] A primeira ação a impulsionar o ensino profissional no país foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, por meio do Decreto 7566, de 23 de setembro o então presidente Nilo Peçanha criou escolas nas capitais dos estados, voltadas para o ensino profissional primário gratuito e destinadas a habilitar para o trabalho os filhos das classes sociais mais baixas. As Escolas de Aprendizes Artífices são as primeiras versões das composições escolares dos atuais Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no país.

É a partir de meados da década de 30 que se começa a ter uma preocupação com o “preparo” do trabalhador para atender aos requisitos da produção fabril e artesanal.

Diante desse cenário, constatou-se que, com intensas características dualistas, a educação brasileira influenciou severamente o percurso histórico da educação profissional no Brasil. Até meados do século XX aos ricos era destinada e planejada uma educação para o pensar, no sentido de que interpretavam à época, uma formação para o trabalho que não exigia esforço ou para pessoas que nunca precisariam trabalhar, essas eram as poucas pessoas que tinham acesso à universidade naquele período.

Já aos pobres da classe trabalhadora ficou reservada a educação profissional, ofertada em cursos técnicos e que tinham a função de preparar a mão de obra para os diversos setores industriais e agrícolas do país. Por mais que não existisse um planejamento oficial da educação, com uma ampla discussão dos setores, o Estado Brasileiro não se furtou em adotar uma concepção e assim implementar um modelo que atendesse às demandas produtivas, satisfazendo assim as classes que influenciavam no poder político. (GARCIA, 2021; PICANÇO, 1995)

De acordo com SAVIANI (1989, p.15) “não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual”. A história da humanidade mostra que modificar a natureza de forma manual para atender às suas necessidades, só é possível graças ao seu intelectual, porém a sociedade capitalista dividiu isso, e só com o fim da propriedade privada é que poderemos retornar a essa união (trabalho intelectual e trabalho manual).

Em meados dos anos 30, o Manifesto dos Pioneiros da nova educação (AZEVEDO, 2010), demonstra uma vontade de se querer discutir os rumos da situação educacional no Brasil, porém em 1942 a implementação da Reforma Capanema[3] vai na contramão da superação da dualidade educacional

[3] Promulgada, em 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema. Por essa lei, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginasial, e um segundo ciclo de três anos. A lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino. Reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatório da educação moral e cívica, e recomendou ainda

brasileira, e a mesma continua afirmando e até aprofundando a existência dessa dualidade,

> As políticas deste ministério, que se deram no ano de 1942, tiveram como meta elaborar os conteúdos do ensino secundário nos moldes de um ginásio ou liceu europeu, com bases humanística e científica no nível superior. Mas o que realmente se esperava era que a maioria dos jovens tivesse uma formação mais prática, em escolas técnicas voltadas para as atividades comerciais, agrícolas e industriais, sem entrarem no ensino superior, que continuava como nível educacional reservado às elites. (COUTINHO e SILVA, 2015, p. 3).

Ciavatta deixa claro que o debate sobre Educação profissional não é algo novo,

> Partindo dessa condição inicial, no início desta segunda década do século, lutamos por uma concepção e práticas educativas que não são novas. Elas remontam ao ideário da educação socialista revolucionária que previa a elevação das massas ao nível de conhecimento e capacidade de atuação como as elites sempre reservaram para si e seus pupilos. (CIAVATTA, 2014, p. 188).

Porém os diversos atrasos e contradições vivenciadas no interior da sociedade capitalista brasileira não nos permitiram estarmos em melhores condições.

Ao longo dessa história de educação brasileira surgiram diversas lutas, movimentos e propostas que abordaram a importância de leis que buscassem colocar a Educação Pública como uma política de Estado. Um desses movimentos foi a ideia e a tentativa de construção de um Plano Nacional de Educação,

> A primeira vez que apareceu no Brasil a ideia de um Plano Nacional de Educação foi entre os anos de 1920 e 1930, a partir de intelectuais e defensores da educação, organizados, sobretudo, na Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 (SOUZA et al, 2017, p. 38)

O Governo de Getúlio Vargas, que tentava fazer do Brasil um país industrializado, junto com a Associação Brasileira de Educação (ABE) são os pioneiros da ideia de se fazer um Plano Nacional de Educação, visto que nesse governo foi criado o Ministério da Educação e Cultura e logo a ideia esteve presente na Constituição de 1934.

---

que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimento distinto daquele onde se educavam os homens. A Lei Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

> CAPÍTULO II
> *Da Educação e da Cultura*
> (...)
> Art 150 - Compete à União:
> (...)
> a) fixar o **plano nacional de educação**, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
> (...)
> Parágrafo único - O **plano nacional de educação** constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e* , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:
> a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos;
> b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
> c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
> d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
> e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
> f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.
> (...)
> Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o **plano nacional de educação** para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934, 2023, **grifos meus**).

De acordo com Saviani (2014,) nesta mesma constituição foi previsto um Conselho Nacional de Educação, que teria a função de elaborar o PNE. Os conselheiros que fizeram parte deste CNE chegaram a entregar ao ministro da Educação, em 1937, o Documento intitulado de “Plano de Educação Nacional”, que continha 504 artigos. O referido Plano chegou a ser entregue à câmara dos deputados, porém não foi aprovado e caiu no esquecimento.

Novamente na década de 1960 houve um esforço por parte de Anísio Teixeira em fazer um novo esboço de um Plano Nacional de Educação e que chegou a ser fixado pelo Conselho Federal de Educação, mas que se restringia e dizia respeito somente a distribuição dos recursos federais para os Estados, Municípios e Distrito Federal (SOUZA, et al, 2017, p.39). Logo em seguida, a constituição de 1967 é promulgada e no seu *CAPÍTULO II* define que *compete*

à União: estabelecer ***planos nacionais de educação*** *e de saúde (Art8º, XIV)* (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DE 1967), e somente isso, nenhuma linha a mais para tratar do tema.

Depois disso a ideia de um Plano para a Educação foi totalmente abandonada pela ditadura, e somente 21 anos depois na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, é que o primeiro Plano Nacional de Educação, instituído por lei, começou a tomar forma.

Como se pode observar até aqui, o planejamento da educação a longo prazo e de forma organizada e com o amplo debate dos diversos setores da sociedade inexistia até então, ficando a educação pública em geral refém de políticas e interesses imediatos de governo, e a educação profissional até então, subordinada aos interesses industriais da época,

> Como nos diz Saviani (2017), podemos condensar as características da política educacional brasileira nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação. Nenhuma delas acontecem por incompetência técnica ou burocratismo, mas sim, pelos interesses de classes que essas características carregam. (LUDUVICE, 2023, p. 130)

Em relação a Lei de Diretrizes e Bases, somente em 1961 é que a primeira é aprovada e a partir daí começa a se abrir possibilidades de mudanças na educação e na educação profissional, porém,

> No que tange à educação profissional, essa lei apresentou poucos avanços. Nela ficava definido que o ensino técnico de nível médio abrangia cursos de natureza industrial, agrícola e comercial e que o mesmo era equivalente ao ensino propedêutico. Essa equivalência, na verdade, não se efetivou. Os cursos de formação propedêutica oferecidos pela rede particular de ensino continuavam sendo mais valorizados pela sociedade em detrimento dos cursos de 2º grau oferecidos pela rede estadual de educação. (COUTINHO E SILVA, 2015, p. 200.).

Logo após essa lei, em 1964 o Brasil entra no período da Ditadura Militar, e em 1971 a LDB sofre uma “atualização” através da lei 5.692/71, que ficou conhecida como reforma do 1° e 2° grau e que instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”, a partir desta lei, todo e qualquer estudante que quisesse concluir o Segundo grau, obrigatoriamente deveria fazer o segundo grau profissionalizante.

> Com o objetivo velado de uma escola única para todos verifica-se que essa lei foi um fracasso, aumentando ainda mais a dualidade estrutural presente na educação. As escolas, especialmente as estaduais, sem recurso, sem estrutura e sem quadro docente qualificado, não faziam uma coisa nem outra, se limitando a oferecer cursos em que se exigia baixa qualificação, gerando um contingente enorme de desempregados, de alunos sem qualificação técnica para se inserir no mercado de trabalho e sem o ensino propedêutico de qualidade que lhe desse condições de ingressar no ensino superior. (COUTINHO E SILVA, 2015, p. 200).

Essa LDB[4] vigorou até a promulgação da sua versão mais recente, a Lei nº 9.394/1996, que ocorreu após a constituição de 1988 na qual foi incorporada a obrigatoriedade de se efetivar um Plano Nacional de Educação que tivesse duração plurianual,

> Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 determinou que "A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes" (art. 87, § 1º). Mesmo com essa determinação, o Plano só foi aprovado depois de quatro anos da LDB e teve como período de vigência os anos de 2001 até 2010 (SOUZA et al, 2017, p. 40).

De acordo com Souza et al (2017), o primeiro PNE não contou com a participação da sociedade em geral, e ficou sob a responsabilidade dos técnicos do MEC, em colaboração com os conselhos estaduais e municipais da educação. Mas isso não impediu com que os educadores, estudantes e trabalhadores da educação do país ficassem somente assistindo, muito pelo contrário, na época foram realizados dois importantes congressos nacionais de educação: CONED I, em 1996 e CONED II, em 1997. Deste último resultou um documento educacional, denominado Plano Nacional de Educação – *Proposta da Sociedade Brasileira*. Porém o PNE que vigorou de 2001 até 2010 ainda sintetizou o conjunto de políticas neoliberais vigentes na década anterior.

Inserido neste contexto a Educação Profissional e Tecnológica esteve ligada diretamente aos debates e mobilizações para avanços e cumprimento de

[4] O Artigo 23, da Lei 5692/71, que trata da obrigatoriedade do oferecimento do ensino profissionalizante ao aluno secundarista é revogado pela Lei 7044/82. De maneira geral o cenário social permanecia o mesmo e essa Lei trazia em sua essência a eliminação da profissionalização obrigatória. Em seu artigo 1º, substitui a expressão "qualificação para o trabalho" por "preparação para o trabalho". Essa pequena modificação trouxe uma consequência direta em relação ao chamado 2º grau. A partir desse momento os currículos não eram mais obrigados a reservar maior parte da carga horária para a formação profissional, resgatando assim a possibilidade das escolas fazerem a opção pelo ensino profissionalizante ou pelo ensino propedêutico.

metas e estratégias presentes no PNE estabelecido em 2001, foi nesse cenário que se institui o Decreto nº 5.154/2004 e,

> Nesse contexto, destacam-se algumas medidas que representam avanços em relação à anterior, todas elas assentadas no Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), como o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede e-Tec Brasil e a Rede Certific. De todo modo, a medida mais significativa advinda do decreto situa-se no ano de 2008, com a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) (...).
> O plano representou, até 2014, a abertura de 422 novas unidades na rede pública federal, número três vezes maior que o de escolas abertas desde o início da rede, em 1909, até 2002. (PELISSARI, 2020, p. 286)

Este primeiro PNE deveria se encerrar em 2010 e no ano seguinte se iniciar outro, porém apesar do Projeto original ter sido enviado em 2010, pelo Presidente Lula na época, devido às polêmicas e aos diversos interesses "o projeto sofreu várias alterações, transformando-se num importante instrumento de debate e disputas no âmbito do Congresso Nacional." (SOUZA, p. 28, 2017) Este veio a ser aprovado em definitivo no ano de 2014, com 4 anos de atraso.

> É necessário destacar o grande hiato temporal entre a realização da conferência de 2010[5] e a promulgação da lei n° 13.005 em junho de 2014, a do PNE (2014-2024), sugerindo que tanto tempo em tramitação pode ter sido marcado por múltiplos e diversificados interesses em disputa. (ASSIS, 2017, p. 299)

A partir de sua aprovação, o texto oficial é alvo de diversas análises e críticas por parte dos diversos setores educacionais devido ao seu caráter contraditório e antagônico em diversas estratégias ali propostas, principalmente no que diz respeito à possibilidade de parcerias público-privadas para obtenção de recursos (VASCONCELOS e AMORIM, 2015). Já no que diz respeito a formação integrada a educação profissional,

> Da análise das 20 metas do PNE e suas estratégias, três metas tangenciam a questão da formação integrada, são elas: Meta 3 – ensino médio, que na estratégia 3.7 decide "fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional"; Meta 10 – educação de jovens e adultos, que na estratégia 10.2 afirma o compromisso de articular a EJA com a EP para aumentar a escolaridade do trabalhador e, na estratégia 10.3,

[5] A CONAE 2010 ocorreu em Brasília, de 28 de março a 1º de abril de 2010, e foi precedida de Conferências Municipais, realizadas no primeiro semestre de 2009 e de Conferências Estaduais e do Distrito Federal realizadas no segundo semestre do mesmo ano. Contou com participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães (ou responsáveis) de estudantes.

> “fomentar a integração” da EJA com a EP; e, Meta 11 – educação profissional técnica de nível médio, que na estratégia 11.9 afirma o compromisso de expandir o ensino médio integrado à EP para as populações do campo, indígenas e quilombolas. (AMORIM, 2015, p. 7).

Além disso, um total de outras 26 estratégias presentes em 7 metas, dizem respeito diretamente à Educação Profissional e Tecnológica, e que serão motivo de análise desta pesquisa.

Os avanços existem e é necessário destacá-los assim como é preciso destacar e analisar dois fatores também importantes, primeiro o contexto político e a correlação de forças dos mais diversos setores educacionais das épocas em que o PNE foi promulgado, e segundo as condições e intenções políticas e econômicas de cumprimento do PNE durante o seu período de vigência.

Diante do primeiro fator pode afirmar-se que a década de 2000 foi determinante para mudanças na criação de leis e decretos que impactaram diretamente o cenário da Educação Profissional e Tecnológica. Como destacado anteriormente por Pelissari (2020), estas propostas de mudanças seguem na década seguinte, em 2014, com a aprovação do PNE.

Porém em 2016 a conjuntura política muda completamente, pois os Governos Petistas que desde 2003 estavam comandando a presidência da república, saem de cena através do Impeachment de Dilma Rousseff. Esse fato controverso, do ponto de vista de seu afastamento, muda radicalmente o cenário ao qual o PNE foi aprovado em 2014.

Sobre este processo, Boito (2016) nos faz enxergar que este cenário tem que ser observado para além de um enfrentamento entre grandes personalidades na época (Dilma X Aécio; ou Dilma X Eduardo Cunha), ou de uma disputa entre partidos/siglas com ideologias diferentes (Neoliberais X Desenvolvimentistas; PT X PSDB/PMDB),

> O enfoque teórico que entendemos ser o mais elucidativo é o enfoque marxista. Ele não parte nem dos indivíduos nem das correntes de opinião, mas sim das classes sociais. Dado esse ponto de partida, a análise da crise tem um encaminhamento muito diverso, O processo político é concebido como resultado de conflitos entre classes e frações de classe, e a crise aparece como resultado do apagamento desse conflito (BOITO, 2016, p. 24).

Assim, a disputa pela apropriação da riqueza do Brasil faz com que Michel Temer, até então vice-presidente - PMDB -, assuma a cadeira de Dilma Rousseff deposta com a justificativa de “pedaladas fiscais”. Desta forma o caminho está livre para que a “Uma Ponte para o futuro[6]” seja construída no Brasil.

Diante desse contexto, traz-se o segundo fator que diz respeito ao trato e às condições de execução do PNE até o ano de 2024, que é o seu último ano de vigência. Após 2016 uma série de medidas começa a ser tomadas com a justificativa de livrar o Brasil de uma crise econômica, tais como a reforma trabalhista e da previdência.

Porém uma das primeiras medidas de grande impacto que ocorreu já em 2016, foi a instituição de um novo Regime fiscal no País (PEC 241 / EC 95) que na prática congelou,

> “nos valores de 2016, as despesas primárias do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) pelo longo prazo de 20 anos, uma vez que os valores somente poderão sofrer reajustes até os percentuais referentes à inflação do ano anterior” (AMARAL, 2016, p. 654).

Para se ter uma ideia do tamanho da tragédia que isto representa, caso este regime fiscal estivesse em vigor entre os anos de 1998 a 2016, a Educação brasileira teria deixado de receber R$378,7 bilhões (AMARAL, 2016). Agora imaginem o impacto que esta medida terá nos 20 anos que se propõe a ser seguida, 2016 a 2036.

Isto não deixa dúvidas de que o PNE que foi acordado e aprovado em uma conjuntura bem diferente do que se seguiu a partir de 2016, corre sério risco de chegar em 2024 com um alto número de metas e estratégias não alcançadas, pelo motivo de terem sido abandonadas devido à falta de condições em colocá-las em prática.

---

[6] Foi no centro da cena política que o PMDB tentou colocar o documento ‘Uma ponte para o futuro’, denominando-o como um programa capaz de preservar a economia brasileira e retomar o seu desenvolvimento (...). Pode-se dizer que esse documento é um programa de governo apresentado completamente fora do período eleitoral que, em sua essência, além de resgatar a agenda neoliberal ortodoxa com privatizações, abertura econômica, cortes de direitos trabalhistas, novo regime fiscal, desconstitucionalização dos investimentos em educação e saúde, procura reivindicar para si – PMDB – força política capaz de assumir o Poder Executivo e passar a representar prioritariamente os interesses da fração do capital internacional e da burguesia brasileira associada a ele. (LUDUVICE, 2023, 146)

3.3 CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O Estado Moderno como é conhecido hoje, composto por suas diversas estruturas, política, jurídica, de segurança, ideológica entre outros aparelhos é uma construção histórica que se define neste formato somente no modo de produção capitalista,

> Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2010, p.216)

Isso quer dizer que o avanço histórico do desenvolvimento econômico fez com que se aprofundasse a divisão das classes sociais e com isso fez surgir a necessidade de um Estado com uma estrutura que tivesse condições de colocar limites e “ordem” para que a sociedade não sucumbisse diante das contradições de classes com interesses econômicos antagônicos (ENGELS, 2010).

O debate da educação dentro deste contexto de concepção, é importante porque as relações estabelecidas entre educação e o mundo do trabalho, no capitalismo, é fundamental para a construção de políticas públicas que interferem diretamente na forma como a sociedade vai se organizar e viver. “A formulação de Políticas Públicas se caracteriza como o conjunto de intencionalidades programáticas, determinadas pela natureza de classe do Estado em questão.” (MIRANDA, 2005, APUD MIRANDA, 2011, p. 24).

Uma proposta de Educação que se preocupe em fazer com que os estudantes se apropriem criticamente do conhecimento produzido e acumulado historicamente bem como toda a estrutura que possibilite isto acontecer, deve conhecer e reconhecer os limites que o Estado, através do que sua representação de classe, impõe.

> É possível estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (...) . Política pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. (MALDANER, 2016, p. 69)

De acordo com Silva (2010) a partir do início do século XX nos países capitalistas ocorreu um avanço das políticas públicas no sentido de fazer com que o Estado tivesse mais capacidade de intervir na sociedade, assim surge o que chamamos hoje de Estado de Bem-Estar Social.

Com o avanço das Políticas Públicas, e a dimensão que estas tomaram no seio da sociedade, surge a necessidade de acompanhar a sua implementação, que de acordo com Rua apud Maldaner (2016),

> A implementação pode ser compreendida como o conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto a políticas. Em outras palavras, trata-se das ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente. Este processo precisa ser acompanhado, entre outras coisas, para que seja possível identificar porque muitas coisas dão certo enquanto muitas outras dão errado entre o momento em que uma política é formulada e o seu resultado concreto (RUA, s/d, p. 13).

De acordo com Britto (1992), a finalidade do controle social é “forçar o Estado a acatar a conduta do particular perante ele, Estado, porque o gozo do direito subjetivo implica a assunção de uma conduta privada que se quer respeitada pelo Poder Público.” (p. 116) Porém todo o aparato burocrático e político do Estado muitas vezes impede a concretização de iniciativas e manifestações de vontade de colocar em prática compromissos assumidos, mas por vezes abandonados pelo poder público.

> Construir formas avançadas e eficazes de controle social sobre o Estado talvez seja o maior desafio político contemporâneo, em função da ampliação da esfera de poder do âmbito local para o global, com prevalência do poderio dos bancos, do capital financeiro e do complexo industrial-militar, especialmente o norte-americano, ou seja, sob as influências da globalização. (SILVA, 2010, p. 99)

Na atualidade os meios de comunicação, através do avanço da Internet e de seus diversos recursos, têm tornado possível, cada vez mais, as pessoas se aproximarem de processos que tempos atrás eram distantes e inacessíveis, fazendo com que decisões possam ser acompanhadas de perto e informações sobre políticas públicas de interesse de determinados grupos possam circular de forma mais rápida.

Já outro fator importante é a avaliação das políticas públicas que, de acordo com Maldaner,

> “A avaliação de políticas públicas torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre impacto, mas sobre resultados ou consequências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas” (2016, p. 73).

Concorda-se com Codes et al (2017) que ao fazer uma proposta de monitoramento do PNE 2014 - 2024, coloca que deve-se levar em consideração fatores extrínsecos à escola, relacionados tanto às condições de vida dos estudantes quanto a fatores sociais e econômicos ao qual estão inseridos, mas também levar em consideração fatores intrínsecos que dizem respeito ao sistema escolar.

> Mais do que um estrito acompanhamento de metas e de uma mensuração do quão afastadas delas está a realidade do Brasil, a ideia é apontar que os resultados a serem colhidos estão associados às circunstâncias em que o processo educacional se desenvolve. Estas circunstâncias dizem respeito tanto a fatores extrínsecos às escolas – aqueles que conformam o ambiente socioeconômico dos estudantes – como intrínsecos – que conformam o sistema escolar –, os quais se influenciam mutuamente. (CODES et al, 2017, p. 14)

Estes dois fatores ajudam a compreender melhor o todo do processo educacional e ajuda a melhorar a análise que se faz da educação, compreendendo assim as dificuldades impostas pelo ambiente social e econômico ao qual o estudante e sua família estão submetidos e reconhecendo os avanços implementados, ou não, a fim de alterar qualitativamente, para melhor, a educação.

O PNE é uma política pública cuja responsabilidade é dividida entre união, estados e municípios, tanto que posteriormente à sanção da lei, foi necessário a criação dos Planos Estaduais e Municipais com base na proposta nacional. O grande desafio após 2014 foi a efetivação das metas e estratégias presentes no texto sancionado, principalmente as que dizem respeito a avanços educacionais que são frutos das lutas dos movimentos sociais, sindicatos e centrais ligadas à educação pública.

De acordo com Silva (2010) a democracia que vivemos não se sustenta apenas com a existência dos direitos civis e políticos, é necessário também os direitos sociais, pois só eles podem garantir a participação do indivíduo no que a autora chama de riqueza coletiva, que é o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila, etc.

Porém, de acordo com a autora, no caso brasileiro, esta participação ainda é incipiente, pois construir este exercício de cidadania requer que a população participe diretamente da formulação das leis e se sinta parte integrante do processo, identificando e tendo consciência das causas dos seus problemas.

Assim ao analisar o atual PNE 2014-2024 verificou-se que ele se constituiu em amplo movimento de participação popular,

> O PNE (2014-2024) é um salto de qualidade no qual foram dados passos importantes em direção à superação de políticas de governo em que o financiamento, o planejamento, a gestão e as diretrizes pedagógicas não contribuem para materialização de uma política de Estado. Outro aspecto do referido salto de qualidade está atrelado à participação popular, principalmente das classes trabalhadoras organizadas que, histórica e intencionalmente, foram excluídas das discussões anteriores e tiveram suas contribuições ignoradas. (LUDUVICE, 2023, p. 147)

Porém a mesma participação e comprometimento não foi percebido posteriormente no acompanhamento e na cobrança da efetivação das metas e estratégias que eram de interesse dos trabalhadores e estudantes da rede pública. A Lei N°13.005, de 25 de Junho de 2014 que aprova o PNE e define os responsáveis por monitorar e avaliar o seu cumprimento,

> Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:
> I - Ministério da Educação - MEC;
> II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
> III - Conselho Nacional de Educação - CNE;
> IV - Fórum Nacional de Educação.
> § 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput :
> I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
> II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
> III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação. (BRASIL, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

A partir daí nos estados e municípios, os fóruns estaduais e municipais de educação começaram a funcionar no sentido de também serem responsáveis por monitorar seus respectivos planos do ponto de vista da participação dos representantes da sociedade civil. Porém, diante do extenso trabalho exigido pelo PNE nos estados e municípios após a sua aprovação, Lagares (2015) chama atenção para “a ausência de uma cultura de

planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas e da gestão na maior parte dos municípios", referindo-se ao estado do Tocantins.

Este é apenas um dos fatores que afastou o debate contínuo do PNE na sociedade com o passar dos anos. Outro fator que se mostrou fundamental para que o PNE fosse aos poucos abandonado foram as medidas econômicas implementadas a partir do ano de 2016 e que alteraram significativamente o cenário ao qual o Plano foi aprovado em 2014.

Traz-se, mais uma vez, como exemplo a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016 que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no Brasil em que durante 20 anos, até o ano de 2036, o orçamento do Poder Executivo não poderá ser reajustado por percentuais acima da inflação do ano anterior.

Segundo Amaral (2017, p. 24) com base na realização de uma análise da execução orçamentária do Poder Executivo no período 1995-2016,

> "nos permite afirmar que o cumprimento das metas contidas no PNE (2014-2024) no contexto da EC 95, que perdurará até o ano de 2036, abarcando também o próximo PNE decenal, é uma tarefa praticamente impossível, e pode-se afirmar que a EC 95 determinou a "morte" do PNE (2014-2024)".

De acordo com a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, CNDE (2023), em 2019 no seu quinto ano de vigência, apenas 4 das 20 metas presentes no PNE avançaram parcialmente, as outras 16 caminham a passos lentos. De acordo com a campanha, desde o Governo Temer, que aprovou a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), vem se intensificando uma política de cortes na educação que compromete diretamente o cumprimento das metas e estratégias do atual Plano e que impactará também o próximo plano com previsão de vigência entre 2024 e 2034.

Observa-se que fica evidente a necessidade de um acompanhamento mais amplo e próximo por parte da sociedade e de setores organizados a respeito desta política pública tão importante para o país, que é o PNE. Para contribuir com este debate Silva (2010) coloca que,

> Os meios de comunicação, sem dúvida, são instrumentos importantes para reduzir a distância entre o centro das decisões e a população, fazendo funcionar a democracia, mediante a visibilidade dos processos que envolvem a máquina estatal cujas ações têm reflexo direto sobre os indivíduos. (p. 104)

Para Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010) vive-se em um mundo cada vez mais dependente das tecnologias da informação (TICs), onde as pessoas buscam conhecimento e informação em espaços para além da escola e dos meios de comunicação tradicionais, dessa forma segundo as autoras e o autor,

> "(...) faz-se necessário o uso de ambientes de aprendizagem que proporcionem reflexão, criticidade, desenvolvimento de pesquisas, por meio do uso de ferramentas instigadoras, facilitadoras da aprendizagem, de modo permanente, autônomo e colaborativo." (p. 24).

Dessa forma espaços, plataformas digitais, grupos de redes sociais, sites, seja qual for o instrumento que ajude a divulgar o PNE e a realizar o acompanhamento constante, é de extrema necessidade e de grande importância para que se efetive o exercício da cidadania na busca por uma educação de boa qualidade.

Para esse produto, optou-se por construir um Site que tenha o formato Observatório Social, e que tem como objetivo divulgar os dados relativos ao PNE, no sentido de contribuir com seu acompanhamento e monitoramento, fora das instituições governamentais já estabelecidas. "O Brasil considera os OS[7] como espaços democráticos e apartidários para o exercício da cidadania, constituídos a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública." (PÉREZ E NASSIF, 2017, p. 32).

Desta forma compreende-se que a proposta de produto educacional de um observatório no formato de um Site, com informações específicas do PNE que dizem respeito especificamente a EPT, e que também trás uma análise desta relação com IFTO, busca justamente aproximar e oferecer ao público alvo informações que lhe são de interesse próximo, real e imediato, buscando assim contribuir com uma formação integral, garantindo "ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política." (CIAVATTA, 2005, p. 2).

[7] No Brasil, os Observatórios Sociais (OS) surgiram na década de 90, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresentou a consolidação de importantes movimentos na sociedade brasileira e influenciou o desenvolvimento de observatórios sobre políticas públicas. (Goulart, Troian, Quispe, 2020, p. 114).

4. METODOLOGIA

De acordo com Saes (2006, p.10) “A análise de qualquer dimensão da vida social acaba sempre exigindo, em certa etapa da pesquisa, o exame da legislação referente às práticas sociais que integram tal dimensão”, porém, e quando a legislação não é cumprida ou é colocada em prática apenas em partes? Será que podemos definir que este fato também é um sintoma referente às práticas sociais? Saes nos dá a resposta,

> A “letra da lei” corresponde tão somente a uma *forma institucional;* já o *valor estrutural* (isto é, o princípio que rege efetivamente a reprodução de um certo tipo de sociedade) permanece oculto na prática social. Quando os dispositivos legais não são cumpridos, o observador está colocado diante de uma *ausência pertinente,* tal conceito foi usado regularmente por Althusser (1969), que aponta para a preponderância prática e social de interesses que se chocam com o conteúdo da lei, bem como para a frustração prática e social de interesses que se identificam com o conteúdo da lei. (SAES, 2006, p. 10).

Vale lembrar que, de acordo Marx e Engels, o Estado capitalista é a representação da dominação da burguesia sobre os trabalhadores, porém devido a interesses antagônicos e no intuito de manter o equilíbrio jurídico e político, é necessária uma regulamentação na medida para evitar que os conflitos se acirram a tal ponto, de tornar a luta de classes dilacerante (MIRANDA, 2011, p. 24).

Partindo destes pressupostos, compreende-se que o PNE representa para a educação brasileira a principal política pública que visa a atender a demanda educacional desde a educação básica até o ensino superior, porém ainda assim apresenta limites e contradições, tanto é que, sistematicamente, ele vem sendo boicotado e ignorado, por isso a importância de reivindicá-lo enquanto uma política de estado importante garantindo a continuidade da participação popular nesse processo. (LUDUVICE, 2023)

Desta forma, com base em Saes (2006) que propõe uma metodologia de análise da configuração do direito à educação nos textos constitucionais, a análise sustentada nesta pesquisa parte da compreensão, resguardados os devidos limites com o texto do autor, de que por se tratar de uma lei, o PNE e o cumprimento ou não das suas metas e estratégias, dependem do contexto político ao qual estão submetidos, e por se tratar de um conjunto de propostas

com data de início e fim para serem acompanhadas e implementadas e posteriormente revisadas no sentido de construção de um novo Plano, esse contexto sofre alterações significativas que podem alterar os objetivos acordados.

Partindo desta concepção de mundo, apoia-se no método dialético, que tem a teoria materialista histórica de Marx como sustentação, para investigar, a partir do movimento real da educação brasileira, a situação do PNE (2014-2024) entre os anos de 2016 a 2022.

Tentar-se-á compreender o fenômeno, o objeto a ser pesquisado, para além da aparência, e de acordo com Frigotto (2010) o caminho que vai levar a esta compreensão deve partir dos fatos empíricos dados pela realidade, e assim superar as primeiras impressões para se chegar a realidade concreta, ou como nos traz Zago (2013),

> O método dialético irá justamente buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. Sobre esta posição marxiana escreveu Walhens (*apud* Kosik 1976): "O marxismo é o esforço para ler, por trás da pseudoimediaticidade do mundo econômico reificado as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra".

Dessa forma para aprofundar a pesquisa e fundamentar a dissertação partir-se-á de uma análise histórica sobre os PNEs e investigará o PNE atual e as suas consequências para a realidade objetiva e concreta da Educação Profissional e Tecnológica entre os anos de 2016 a 2022, no sentido de identificar objetivos ali presentes e os interesses de classes em disputa.

Será utilizada a revisão bibliográfica sobre a Educação Profissional e Tecnológica dentro do contexto histórico da educação brasileira, para falar também criticamente sobre a historicidade e atualidade dos Planos Nacionais de Educação e discorrido sobre o controle social das políticas públicas.

Com base no atual PNE (2014-2024) e suas metas e estratégias relacionadas a EPT, será feita uma análise documental relacionando seus objetivos com os dados e informações dos censos escolares da Educação Básica de 2016 a 2022. Bem como utilizadas também, as notas estatísticas e os resumos técnicos produzidos pelo INEP como fonte de informação e análise.

Outro documento importante a ser utilizado para coleta de dados são as sinopses estatísticas relativas aos anos de 2016 a 2022, e que correspondem a um conjunto de tabelas com dados recolhidos por pesquisas estatísticas, avaliações e exames realizados e disponibilizados anualmente pelo INEP.

Para os dados específicos referentes ao IFTO campus de Palmas e a sua relação com as metas e estratégias do atual PNE, buscam os dados dos censos escolares a partir das planilhas com os micros dados relativos aos anos de 2016 a 2022, também disponibilizados anualmente pelo INEP e que reúnem um conjunto de informações detalhadas relacionadas às pesquisas, aos exames e avaliações. Outro dado a ser utilizado para a análise é a LOA do IFTO entre os já referidos anos.

O objetivo é realizar uma análise crítica diante do contexto da EPT no Brasil entre os anos de 2016 a 2022 frente às propostas de metas e estratégias presentes no PNE que devem, ou pelo menos deveriam ser desenvolvidas no seu período de 10 anos de vigência.

Toda esta documentação utilizada para coleta de dados, informações e análise, e que serão utilizadas para embasar a pesquisa também será utilizada como conteúdo para o Produto educacional proposto e será consequência desta pesquisa.

Será utilizado, também, todo o acúmulo de monitoramento do PNE, sistematizado em documentos ao longo dos anos a partir de 2014 e que foram produzidos pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e pelo INEP, são eles o Relatório de Avaliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Plano Nacional de Educação: 7 anos de descumprimento e o Relatório do 4° Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação.

Quadro 1 - Documentos utilizados para análise

	DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA ANÁLISE
ANÁLISE NACIONAL	PNE
	Censo escolar da educação básica (2016-2022)
	Notas estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)
	Resumos técnicos do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)
	Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)
	Relatório do 4° Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2022
	Plano Nacional de Educação: 7 anos de descumprimento
ANÁLISE DO IFTO	Microdados do censo escolar da educação básica (2016-2022)
	Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)
	Lei Orçamentária Anual (2016 - 2022)
	Relatório de Avaliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Ciclo 2021

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Optou-se por construir um produto educacional na categoria de mídia digital no formato de um site, pois entende-se que esta proposta tem uma maior possibilidade de armazenamento e socialização de informações, uma maior facilidade e praticidade para que a comunidade acesse e também a possibilidade de interação com diversas redes sociais, aumentando o seu alcance.

O objetivo deste Site é ser um observatório do PNE, e armazenar as informações referentes às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação

que são específicas e dizem respeito à educação profissional e tecnológica e que também são referentes ao IFTO.

Os dados, micro dados, sinopses estatísticas, notas estatísticas e os resumos técnicos dos censos escolares da educação básica dos anos de 2016 a 2022 e a análise resultante desta pesquisa estão presentes no Observatório, apresentando para a comunidade os dados relativos ao cumprimento ou não das metas e estratégias do PNE, e a relação direta com o IFTO.

Assim, a intenção e o objetivo com esta mídia digital é facilitar e incentivar o acesso da comunidade do IFTO à pauta do PNE.

Parte-se da compreensão de que um Observatório do PNE, no formato de um site, que tenha um conteúdo específico para a realidade do IFTO, contendo informações sistematizadas e específicas sobre a EPT, pode vir a servir para informação, acompanhamento e a mobilização, a respeito do PNE, suas metas e estratégias. Podendo posteriormente ser até uma ferramenta que possa contribuir no debate do próximo Plano.

O Produto se insere na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e que tem como foco a utilização de estratégias transversais e interdisciplinares nos processos de concepção e organização do espaço pedagógico. A pesquisa e o produto também fazem parte do Macroprojeto 4 - História e memórias no contexto da EPT e que tem como objetivo trabalhar as principais questões relacionadas à história e memória da EPT.

5. DADOS E ANÁLISE DOS DADOS - UMA ANÁLISE DA EPT NO BRASIL

Neste primeiro momento identificou-se, a partir do PNE, as metas e estratégias que dizem respeito e citam diretamente a EPT e qual objetivo/foco que esta meta ou estratégia venha a contemplar.

O PNE que foi promulgado em 2014 contém 20 metas e 254 estratégias que fazem parte do anexo da Lei. Estas devem ser acompanhadas e cumpridas até o ano de 2024, que é o período final de vigência do Plano, e para isso a execução das metas deve ser de responsabilidade compartilhada

entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, respeitando cada especificidade, porém trabalhando de forma colaborativa.

Do ponto de vista da EPT, existem as Metas 10 e 11 do PNE que tratam especificamente da oferta e ampliação de matrículas na EJA (etapas fundamental e média) de forma integrada à Educação Profissional e também da ampliação de matrículas na educação profissional técnica de nível médio.

Porém existem ainda outras 5 Metas e 26 estratégias que tratam diretamente desta temática. Reitera-se aqui que ainda existem estratégias específicas presentes também nos PEE e PME que tem o intuito de colaborar e propor iniciativas que assegurem o cumprimento das metas nacionais, mas que não serão objetivo de estudo deste trabalho.

Dentre as 26 estratégias que estão presentes em 7 metas que tratam diretamente da EPT, foram identificadas e selecionadas 16 estratégias presentes em 6 metas para análise, pois os dados delas estão disponíveis nos documentos utilizados para análise desta pesquisa.

Para uma melhor análise, as metas e estratégias foram identificadas e separadas em 03 “blocos”, que sob uma ótica representam objetivos a serem atingidos e que estão presentes nas metas e suas respectivas estratégias relacionadas a EPT dentro do PNE, são eles **"AMPLIAÇÃO", “FORMAÇÃO” e "APRENDIZAGEM".**

Quadro 2 - Metas e estratégias específicas do PNE, relacionadas a EPT e utilizadas para análise

	METAS	ESTRATÉGIAS
AMPLIAÇÃO	META 3	3.7;
	META 10	10.2; 10.3; 10.4; 10.5; 10.7; 10.9; 10.10
	META 11	11.1; 11.2; 11.9; 11.10
	META 12	12.2
FORMAÇÃO	META 9	9.11
	META 15	15.13
APRENDIZAGEM	META 11	11.11

Fonte: Elaborado pelo autor

Para melhor visualização foi feito um resumo das estratégias, contendo os objetivos que dizem respeito ao bloco pertencente, presentes nos quadros 3, 9 e 10. O texto completo das metas e estratégias relacionadas diretamente a EPT segue em anexo ao final.

5.1 DA AMPLIAÇÃO

As estratégias colocadas no quadro 3 são referentes às metas 3, 10, 11 e 12 do PNE, têm por objetivo a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, a expansão da educação profissional técnica por parte das entidades privadas, expansão do número de matrículas na modalidade de Educação de Jovens e adultos no ensino fundamental e médio, expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, nas redes públicas estaduais de ensino, bem como na sua modalidade de educação a distância e no que diz respeito ao ensino superior indica a expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil.

Estes objetivos são colocados levando em consideração, em algumas de suas estratégias, as populações do campo, as comunidades indígenas e quilombolas, as pessoas com deficiência e as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais.

Quadro 3 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco ampliação”

AMPLIAÇÃO	
METAS	**ESTRATÉGIAS (resumo)**
META 3 **Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**	3.7 - Expansão do ensino médio integrado, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

META 10 **Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**	10.2; 10.3; 10.4; 10.5; 10.7; 10.9; 10.10 - Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos de modo a oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, implantando programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas, fomentando a produção de material didático, institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante. Expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais.
META 11 **Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**	11.1; 11.2; 11.3; 11.8; 11.9; 11.10 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio (Sendo 50% no segmento público). Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas redes estaduais, na modalidade Educação a distância. institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas; expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
META 12 **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.**	12.2 - Ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao número total de matrículas de acordo com o censo escolar, na educação profissional o país possuía em 2016, 1.859,940 milhões de estudantes, sendo que naquele ano a rede pública cresceu 5,1% neste

segmento, enquanto que a rede privada caiu 12,6%, significando uma expansão de 7,5% na rede pública, porém os números representam uma queda de 1,5% no total de matrículas em relação ao ano anterior.

Em 2017 o total de matrículas continua com uma tendência de redução, diminuindo 5,9% em relação a 2016. Já em 2018 ocorreu o inverso, um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior no número de matrículas e esse aumento continuou em 2019 em 0,6% e em 2020 em 1,1%. Porém, já em 2021 ocorre uma diminuição de 2,3% no número de matrículas, mas em 2022 ocorre um aumento de 13,7% em relação ao ano anterior.

De 2016 até 2022 houve um aumento de aproximadamente 15,7% no número de matrículas na educação profissional, (quadro 4). Diante do desafio de ampliação da Educação profissional nos segmentos da EJA e na educação profissional técnica de nível médio, como visto mais à frente, estes números são bem tímidos, posto que faltam menos de 2 anos para se encerrar o PNE.

Quadro 4 - Número de matrículas na educação profissional

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
ANO	**PÚBLICA**	**PRIVADA**	**TOTAL**
2016	1.097,473	761,531	**1.859,940**
2017	1.077,150	753,853	**1.831,003**
2018	1.132,533	770.697	**1.903,230**
2019	1.125,313	789.436	**1.914,749**
2020	1.200,287	735.807	**1.936,094**
2021	1.179,132	713.326	**1.892,458**
2022	1.245,763	906.763	**2.152,506**

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/resumo técnico.

Ao analisar as matrículas na educação profissional por sexo e cor/raça diante das estratégias 3.7, 10.3 e 11.9 do PNE, que tem por objetivo a expansão da Educação Profissional levando em consideração as comunidades indígenas e quilombolas, verificou-se que de 2016 a 2022 a porcentagem dos que se declaram pretos/as passa de 4,18% para 4,6% e a de indígenas vai de 0,28% para 0,31%.

As estratégias 3.7, 10.3 e 11.9 não estipulam dados quantitativos a serem atingidos, porém mesmo observando que ocorreram avanços, compreende-se que ainda está muito aquém do que a Educação brasileira precisa. Por exemplo, os dados do Censo (2016 -2022) mostram que na parcela dos estudantes que se declaram brancos, ocorreu um aumento de 1,4% no mesmo período analisado, foram de 31,1% em 2016 para 32,5% em 2022, um aumento quase quatro vezes maior que a de pretos/as.

Quadro 5 - Número de matrículas na educação profissional por sexo e cor/raça

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR SEXO e COR/RAÇA					
ANO	**TOTAL**	**FEMININO**	**MASCULINO**	**PRETOS/AS**	**INDÍGENAS**
2016	1.859,940	1.029.001	830.939	77.779	5.272
2017	1.831,003	1.019.395	811.608	78.301	5.388
2018	1.903,230	1.070.849	832.381	82.794	6.063
2019	1.914,749	1.086.273	828.476	84.638	6.133
2020	1.936,094	1.092.791	843.303	85.886	5.979
2021	1.892,458	1.092.961	799.497	85.337	6.326
2022	2.152,506	1.249.165	903.341	100.387	6.688

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Sinopses estatísticas

No que se refere à EJA, relacionada à educação profissional tanto do ensino médio quanto do ensino fundamental, o censo de 2016 identificou que ocorreu uma redução no número de matrículas de aproximadamente 10% comparado ao ano anterior. No ano seguinte, em 2017, houve uma diminuição de 44%. Já em 2018 ocorreu uma queda de quase 13% nesses números, porém em 2019 tem-se um crescimento de 11,5% nas matrículas, em 2020 também ocorre um aumento nas matrículas, porém menos expressivo, somente de 1,5%. Já em 2021 ocorre um aumento de aproximadamente 20% nas matrículas, e em 2022 essa tendência continua e alcança um aumento de 49,6% no número de matrículas.

De 2016 até 2022 ocorreu um aumento de 0,8% nos números totais de matrículas da EJA integradas ao Ensino Médio e Fundamental, (quadro 5),

esse aumento, mesmo que inexpressivo, se dá principalmente pelo avanço nos últimos dois anos.

A meta 10 coloca que 25% das matrículas da EJA deveriam ser integradas a EPT até o final de vigência do PNE. Porém, até 2022, de acordo com o censo escolar da educação básica, o número total de matrículas na EJA era de 2.774,428, o que representa, aproximadamente, apenas 3,5% de matrículas dedicadas a EJA integradas à Educação Profissional, bem distante da meta estipulada pelo PNE.

Quadro 6 - Número de matrículas na EJA integrada à educação Profissional

ANO	MATRÍCULAS DE EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ENSINO MÉDIO	MATRÍCULAS DE EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL
2016	34.502	61.912	**96.414**
2017	42.766	11.736	**54.502**
2018	42.175	5.695	**47.870**
2019	41.593	11.799	**53.392**
2020	44.910	9.328	**54.238**
2021	47.278	17.667	**64.945**
2022	62.404	35.188	**97.188**

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumo técnico

A meta 11 do PNE coloca que até 2024 as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio devem ser triplicadas, isso quer dizer que de acordo com os dados de 2013, em 2024 o número de matrículas deverá chegar a 5.224,584.

De 2016 até 2022 ocorreu um acréscimo de 294.459 matrículas (quadro 6), o que totaliza 2.069,783 novos estudantes, porém mesmo com o aumento, esta expansão representa apenas 39,6% do necessário para atingir o objetivo da meta estabelecida até o ano de 2024.

Quadro 7 - Número total de matrículas da educação profissional técnica de nível médio

NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
2016	1.775,324
2017	1.791,806
2018	1.868,917
2019	1.874,974
2020	1.901,477
2021	1.851,541
2022	2.069,783

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumos técnicos

É trazido aqui o número de matrículas específicas do curso técnico integrado ao ensino médio na rede pública que apresentaram um crescimento de 11% no ano de 2016, em 2017 esse crescimento foi de 4,2% (desde 2014 este aumento já é de 18,4%). Em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 a tendência de aumento também é registrada, representando um aumento nas matrículas de mais de aproximadamente 49% em relação a 2016. (Quadro 7)

Verifica-se que o segmento público vem em constante aumento (exceto no ano de 2018), enquanto na rede privada ocorre uma diminuição no número de matrículas até o ano de 2019, a partir daí ocorrem sucessivos aumentos. Essa tendência, também é registrada em outras modalidades de cursos técnicos, porém mesmo com os aumentos nos últimos anos na rede privada, a meta 11 de expansão de pelo menos 50% no segmento público vem conseguindo ser atingida. A estratégia 3.7 que consiste em “fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional”, também vem sendo cumprida.

Quadro 8 - Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio

CURSO TÉCNICO[8] INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO			
ANO	**PÚBLICA**	**PRIVADA**	**TOTAL**
2016	506.574	25.269	531.843
2017	565.394	23.968	554.319
2018	562.280	22.284	584.564
2019	602.656	20.522	623.178
2020	665.780	22.909	688.689
2021	703.176	23.815	726.991
2022	740.591	54.364	794.955

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumos técnicos

No que diz respeito à Educação Profissional no campo, no quadro a seguir observa-se que existe uma média de 5,8% do número de matrículas de 2016 até 2022, em relação à área urbana. Do início ao fim do período contabilizado ocorre uma diminuição de 0,6% nestes números.

Isso se reflete nos números de estabelecimentos localizados na área rural que reduziram em 8% no período analisado. Já o número de turmas localizadas na área rural cresceu 2%.

Os números baixos vão na contramão do que colocam as estratégias (3.7; 11.9; 12.2) presentes nas Metas 3, 11 e 12, que é expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas. Porém, verificou-se que no ano 2022, aconteceu a maior expansão nos números de estabelecimentos e turmas, desta forma faltando menos de 2 anos para o cumprimento do PNE, ainda podem ocorrer avanços nesta área.

[8] Acrescido do magistério

Quadro 9 - Números relacionados a Educação profissional no Campo: matrículas, estabelecimentos e turmas

ANO	PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL	NÚMERO DE TURMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL
2016	6,4%	877	4.548
2017	6,1%	510	3.915
2018	5,5%	427	3.699
2019	5,4%	461	3.658
2020	5,7%	501	3.776
2021	5,7%	584	3.965
2022	5,8%	808	4.645

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) e Sinopses estatísticas

Outro dado trazido é o da expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, estratégia 10.10 presente meta 10.

Os dados encontrados são escassos e não fazem referência a EJA, porém de acordo o INFOPEN (2022), que é o sistema que compila todas as informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, e é onde se concentram as informações sobre os estabelecimentos penais e população carcerária, o número de pessoas privadas de liberdade que faziam curso técnico ou capacitação profissional em junho de 2016 era de 5.761. Já em junho de 2022 este número era de 13.374, o que corresponde a um aumento de 232%, e significa uma expansão, atendendo a exigência da estratégia até então.

Quadro 10 - Número de pessoas privadas de liberdade que faziam curso técnico ou capacitação profissional

Número de pessoas privadas de liberdade que faziam curso técnico ou capacitação profissional	
2016	5.761
2022	13.374

Fonte: INFOPEN

5.2 DA FORMAÇÃO

O Segundo bloco colocado no quadro 9 é referente às metas 9 e 15 do PNE e traz elementos que tem por objetivo a implementação de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta e o desenvolvimento de modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática.

Quadro 11 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco formação”

FORMAÇÃO	
METAS	**ESTRATÉGIAS (resumo)**
META 9 **Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**	9.11 - Programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta para erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
META 15 **Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de**	15.13 - Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática.

1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	

Fonte: Elaborado pelo autor

A Meta 09 tem por objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais e busca como foco erradicar o analfabetismo e reduzir o analfabetismo funcional em 50%. Porém, de acordo com o Balanço do Plano Nacional de Educação (CNDE, 2023) produzido pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, sem uma aceleração, a perspectiva é que o objetivo estabelecido para 2024 não seja cumprido. Dados de 2020 demonstram que a porcentagem de pessoas que declararam saber ler e escrever era ainda de 94,2%, e com a pandemia do Corona vírus este número diminuiu ainda mais, visto que mudanças na forma de ensino foram implementadas.

Para se ter uma ideia, de acordo com a nota técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças”, produzida pela ONG Todos Pela Educação em fevereiro de 2021, entre os anos de 2019 e 2021, o número de crianças de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever aumentou em 66,3 %, esse dado teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2012 a 2021.

Já de acordo com a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, o quadro de Analfabetismo Funcional caminhou na contramão do que se tinha proposto, pois saiu de uma taxa de 27% em 2015 para 29% em 2018, ficando ainda mais distante da Meta esperada para 2024 que é de 13,5%.

Do ponto de vista da formação docente para a Educação Profissional, presente nas estratégias da Meta 15, uma das iniciativas indiretas implementadas em 2017 é o ProfEPT, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que é oferecido em Rede Nacional. Teve início oferecendo 400 vagas no formato semipresencial e com a participação de 18 Institutos Federais e tem a função de aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculada à EPT, em articulação com a demanda por

qualificação de profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (PROFEPT, 2023).

5.3 DA APRENDIZAGEM

As estratégias colocadas no quadro 10 são referentes às metas 11 do PNE e tem por objetivo elevação da taxa de conclusão média e dos investimentos em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica para os cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a busca da redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

Quadro 12 - Metas e estratégias do PNE relacionadas ao “bloco aprendizagem”

APRENDIZAGEM	
META	**ESTRATÉGIAS (resumo)**
META 11 **Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**	11.11 - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento).

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo o Relatório da CMAP, tendo como base a Plataforma Nilo Peçanha 2021 (ano base 2020) a Rede Federal de EPCT atingiu a Eficiência Acadêmica de 50,8%, sendo que nenhuma das 41 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional atingiu a meta de 90% de taxa de conclusão, que é o objetivo da estratégia 11.11.

5.4 IFTO E O PNE

A partir dos micro dados disponibilizados pelo INEP, foi possível fazer uma sistematização, em relação ao IFTO, dos dados disponibilizados pela

instituição ao censo educação básica que é feito anualmente. Assim, buscou-se fazer uma análise comparando estes dados com o cenário nacional e com as metas e estratégias previstas no PNE.

No quadro abaixo pode ser observado que em relação ao número de matrículas na educação profissional ocorreu uma redução de aproximadamente 23% de 2016 a 2022, e de aproximadamente 18% das matrículas na educação profissional técnica no mesmo período, no campus Palmas. Um fato que podemos observar é que no ano de 2018 ocorre o único aumento ao analisar este período, porém a partir de 2019 ocorre uma brusca queda que se segue até 2022.

Estes dados diferem do cenário nacional, que apesar de estarem longe das metas estabelecidas pelo PNE, não apresentaram redução no período analisado.

Outro dado que vai um pouco na contramão dos números acima são os de docentes contabilizados no período, que aumentaram, mesmo que de forma pouco significativa. Ocorreu um acréscimo de 6% ao final do período analisado em relação à educação profissional, e de 7,6% na educação profissional técnica (dados disponibilizados apenas dos anos de 2019 e 2022).

Quadro 13 - Dados do IFTO - Números de matrículas e docentes na educação profissional e profissional técnica

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Matrículas na Educação Profissional	**1417**	**1412**	**1622**	**1362**	**1320**	**1177**	**1101**
Número de Matrículas na Educação Profissional Técnica - Modo profissionalizante de ensino correspondente às turmas de cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante), ou subsequente ao ensino médio e de normal/magistério	**1253**	**1254**	**1491**	**1254**	**1225**	**1096**	**1034**
Número de Docentes da Educação Profissional	**165**	**156**	**172**	**166**	**166**	**168**	**175**
Número de Docentes da Educação Profissional Técnica[9]	**0**	**0**	**0**	**156**	**0**	**0**	**168**

Fonte: Micro dados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

[9] De acordo com o MEC, a Educação Profissional Técnica é voltada para os estudantes que vão cursar ou já cursaram o ensino médio, possibilitando uma qualificação profissional. Nem todos os docentes da Educação Profissional atuam na Educação Profissional Técnica devido este ser oferecido integrado ao Ensino Médio.

Outro dado importante, e que está relacionado às estratégias da Meta 11 do PNE, se refere a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, ao qual no IFTO teve o índice de 50,4% em 2020, bem distante dos 90% que o PNE se propõe a alcançar até 2024, mas bem próximo da média nacional que foi de 50,8%.

Quadro 14 - Taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio no IFTO em 2020

TAXA DE CONCLUSÃO MÉDIA DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NO IFTO EM 2020
50,04

Fonte: Micro dados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

Como consequência da redução do número de matrículas observa-se, no quadro abaixo, que de acordo com o Censo o número de turmas também é reduzido no período, em aproximadamente 17% na educação profissional, devido a uma diminuição em 19% na Educação profissional técnica. O número de salas de aulas utilizadas também sofreu uma redução de aproximadamente 10% junto com o número total de funcionários que reduziu em aproximadamente 1,2% de 2016 a 2018, que foi o último ano declarado.

Os números de turmas dedicadas à modalidade de EJA de ensino médio permaneceram inalteradas durante todo o período, com 8 turmas.

Quadro 15 - Números de turmas na Educação profissional, profissional técnica e EJA e número de salas e funcionários no IFTO.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Turmas de Educação Profissional[10]	**56**	**55**	**63**	**51**	**50**	**50**	**47**
Número de Turmas de Educação Profissional (Ensino médio integrado - Curso técnico subsequente)	**48**	**47**	**55**	**43**	**42**	**42**	**39**
Número de turmas de Educação Profissional na Modalidade EJA de ensino médio	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**
Número de salas de aula utilizadas na escola (dentro e fora do prédio)	**62**	**62**	**62**	**1**	**56**	**56**	**56**
Total de funcionários da escola (inclusive	**358**	**370**	**354**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**

[10] Total de número de turmas do Ensino médio integrado, Curso técnico subsequente e EJA de ensino médio.

profissionais escolares em sala de aula)							

Fonte: Micro dados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

Do ponto de vista dos avanços pedagógicos no que diz respeito à toda estrutura de materiais que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, com base nos dados informados no censo percebeu-se que em relação aos números de computadores em uso pelos alunos e de computadores na escola, ocorreu um aumento de aproximadamente 6% nos dois, porém estes dados só foram declarados até o ano de 2018.

A meta 11 do PNE coloca entre as suas estratégias, a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas. Nos dados do Censo relacionados ao IFTO verificou-se que, até 2018, o Instituto não possuía materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural, tanto para indígenas quanto para quilombolas, porém declara que possui esses materiais de forma genérica, e nos últimos três anos analisados não foram divulgados os dados.

Os dados que demonstram que o IFTO oferece alimentação escolar *(somente no ano de 2018 consta que não ofereceu)* e que desde 2018 oferece vagas por sistema de cotas para grupos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI) reforça o compromisso da meta 11 em expandir as matrículas com o compromisso social de diminuir as desigualdades.

Quadro 16 - Números de computadores, dados sobre alimentação escolar e materiais didáticos e sistema de cotas no IFTO.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade de computadores em uso pelos alunos	**365**	**365**	**388**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**
Quantidade de computadores na escola	**730**	**731**	**775**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**
Alimentação escolar para os alunos - PNAE/FNDE	**sim**	**sim**	**não**	**sim**	**sim**	**sim**	**sim**
Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural - Quilombolas	**não**	**não**	**não**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**
Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural - Indígena	**não**	**não**	**não**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**
Materiais didáticos específicos para atendimento à	**sim**	**sim**	**sim**	**—---**	**—---**	**—---**	**—---**

diversidade sociocultural - Não utiliza							
Reserva de vagas por sistema de cotas para grupos específicos de alunos - Autodeclarado preto, pardo ou indígena (PPI)	**—---**	**—---**	**—---**	**sim**	**sim**	**sim**	**sim**

Fonte: Micro dados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

De acordo com os dados disponibilizados pelo IFTO em seu site, a Lei Orçamentária Anual feita e disponibilizada pela instituição sofreu uma grande redução em suas propostas de despesas a partir do ano de 2017 como se verifica no quadro abaixo, a partir de 2019 as propostas de despesas começam a aumentar. Nos anos de 2020 e 2021 não estão disponíveis os valores específicos para o campus Palmas. Em 2022 o orçamento é reduzido novamente, agora 18% a menos que em relação a 2019.

Já o orçamento geral subiu uma média de 7,5% entre os anos de 2016 a 2020, porém em 2021 sofreu uma redução de 46% e em 2022 ocorreu outra redução novamente, agora muito maior, de 72%.

Estes dados são abordados no sentido de demonstrar que sem um avanço no orçamento, metas como aumento de matrículas e expansão estrutural são bem difíceis de concretizar. E foi o que ocorreu no Campus Palmas que de acordo com os dados da LOA, sofreu uma redução de 48% no período de 2016 a 2022.

Quadro 17 - LOA do IFTO

ORÇAMENTO IFTO - CAMPUS PALMAS		**ORÇAMENTO GERAL - IFTO**
LOA 2016	***R$ 16.096.385,23***	***R$ 181.447.120,00***
LOA 2017	**R$ 12.918.190,23**	**R$ 203.498.885,00**
LOA 2018	**R$ 9.445.280,00**	**R$ 210.325.090,00**
LOA 2019	**R$ 10.189.443,18**	**R$ 238.900.761,00**
LOA 2020	**—**	**R$ 245.174.796,00**
LOA 2021	**—**	**R$ 134.805.955,00**
LOA 2022	**8.420.467,19**	**R$ 38.562.434,00**

Fonte: Lei Orçamentária Anual do IFTO (2016 - 2022)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho parte da ideia de que é necessário um acompanhamento mais próximo a respeito das metas e estratégias do PNE e no caso desta pesquisa, especificamente, a Educação Profissional e Tecnológica. A construção das propostas que hoje estão na Lei veio da necessidade real diante da situação da Educação Brasileira e da esperança de que demandas históricas pudessem continuar avançando no cenário educacional.

O PNE como uma importante política pública, precisa do esforço de acompanhamento dos mais diferentes movimentos, representações e pessoas que participaram da sua construção. Tão importante quanto o momento de propor é o momento de cobrar e colocar em prática a letra da lei.

Cada espaço que se dedica a educação neste país deve ter condições de organizar estudantes e trabalhadores para que juntos e juntas mobilizem a comunidade acadêmica ou em geral para debater, acompanhar e cobrar o que é de direito de toda a sociedade, uma educação de qualidade.

O PNE se tornou um documento que é referência para a Educação Pública, tanto pelas discussões e propostas ali presentes, quanto pela necessidade de toda a comunidade educacional ter algum dispositivo que organizasse uma referência sobre as necessidades e demandas para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A existência do PNE é fruto de muita mobilização, a sua implementação também não deveria ser diferente.

Neste trabalho buscou-se, na primeira seção, trazer um breve histórico da relação educação e trabalho e de como é preciso avançar para que se estabeleça uma escola que tenha as diretrizes e o formato que possibilite uma formação humana integral. Autores Marxistas como Saviani e Gramsci tem formulações que indicam propostas de currículos que atendam a um ensino comprometido com o fim das desigualdades e ampliem o acesso do conhecimento às camadas mais populares da sociedade.

A partir daí propôs-se demonstrar as contradições advindas da relação educação/trabalho e os interesses de classe presentes. Foram identificados setores organizados na luta pela escola pública de qualidade, que por um lado lutavam por um PNE que atendesse as demandas desta escola, e por outro

lado uma educação profissional que acompanhasse o desenvolvimento econômico do país e atendesse a toda uma demanda existente.

Na segunda seção deste trabalho fez-se um histórico de como se deu a luta pelo PNE, desde a década de 30 até o PNE em vigor atualmente. Demonstrando as dificuldades de interesse político em tratar a educação de forma séria e como uma política de Estado. Em relação à educação profissional, a partir de 2001, com o primeiro PNE vigorando, existem avanços consideráveis nesta década. O fato dos postos de trabalho para técnicos terem aumentado 2,2 vezes mais em relação à soma total das três décadas anteriores contribuiu para o avanço e a expansão das políticas de Educação Profissional neste período. (PELISSARI, 2020)

Na terceira seção do trabalho foi discutida uma temática que é central para a ideia do produto educacional, e diz respeito ao debate do controle social das políticas públicas, e destacou que o debate do atual PNE contou com uma ampla mobilização e participação da sociedade civil organizada, porém o que se observou após 2016 foram medidas que do ponto de vista político, colocaram obstáculos econômicos para avanço nas metas e estratégias do PNE. E, como consequência, ocorre também uma falta de perspectiva atrelada à desmobilização na sociedade diante do cenário de ataques aos direitos sociais.

Por fim, diante da análise dos dados e dos números apresentados, teve-se a noção do quanto a Educação Profissional e Tecnológica deixou de avançar entre os anos de 2016 a 2022 tendo como parâmetro as metas e estratégias do PNE.

Assim, a hipótese de que a partir de 2016 o cenário político, econômico e social se torna totalmente desfavorável à população brasileira em geral, se confirma a partir do momento que os dados analisados demonstram que as metas e estratégias do PNE foram abandonadas ou no mínimo negligenciadas.

O baixo crescimento no número total de matrículas na Educação Profissional neste período é a consequência direta do não cumprimento das metas 10 e parcialmente da 11 e de estratégias como a expansão da Educação do campo e em instituições específicas para atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais que não avançaram significativamente.

Medidas como a PEC 241 / EC 95 tem forte influência neste quadro, e apesar de em 2023 um novo governo ter assumido a direção do Estado brasileiro, sem uma alteração na “Lei do Teto de gastos”, muito pouca coisa poderá ser melhorada. O novo governo recebe de herança uma situação educacional bastante difícil de gerir diante do atraso e descaso vivenciado nos últimos anos, dados demonstram, por exemplo, que em 2019, o Governo Bolsonaro tinha investido apenas 2,8% do orçamento da Educação de Jovens e Adultos, colocando em risco a existência do programa e prejudicando a população pobre (GOMES, 2019).

Em 2022 os meios de comunicação também já anunciavam o desafio que o novo governo iria enfrentar,

> “Educação básica tem menor previsão orçamentária em 11 anos (...) o menor valor, em cifras corrigidas pela inflação, desde 2012, quando esses gastos somaram R$ 37 bilhões. Essa queda no volume de recursos ocorre em meio às restrições impostas pelo teto de gastos, regra que limita as despesas da União, e à elevação dos repasses obrigatórios ao Fundeb – principal meio de financiamento da educação básica no Brasil.” (UOL, 2022)
> “Em 2016 uma das primeiras ações na educação realizada pelo então governo [Michel] Temer foi o fim do Programa Brasil Alfabetizado e desde então não temos um programa destinado ao fomento da EJA” (ANTUNES, 2023, p. 1)

Falando especificamente do IFTO, que foi analisado em números nesta pesquisa, também não foi identificado um cenário de avanços, pelo contrário, o Campus Palmas diminuiu o número de matrículas e de turmas na Educação Profissional, e isso tudo em um cenário de cortes orçamentários de 48% no período analisado, o que acaba sendo o reflexo dos dados organizados nacionalmente.

Cabe ressaltar que o IFTO, Campus Palmas até então é a única instituição de nível federal a ofertar Educação Profissional em Palmas, Capital do Tocantins, assim destaca-se a responsabilidade desta em incentivar e garantir a oferta, ampliação ou no mínimo a manutenção dos números de matrículas para garantir o acesso da população aos cursos da EPT.

Diante de um novo, mas nada fácil cenário político, reitores dos IFs em geral já se organizam este ano para criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Institutos Federais (IF), que entre o seus objetivos está o de

cobrar os compromissos para o congresso trabalhar em prol da recomposição do orçamento dos Institutos (ASCOM IFRO, 2023).

Faltando menos de 2 anos para que se encerre o PNE 2014-2024, muito dificilmente este cenário de atrasos e negligências na Educação Profissional em relação às metas e estratégias do PNE irá se reverter. O desafio do próximo PNE que será construído é o de mais uma vez se responsabilizar por cumprir demandas da educação brasileira, que historicamente estão sendo constantemente negadas e/ou abandonadas.

O produto educacional proposto por esta pesquisa pode servir de exemplo pedagógico para que os setores organizados, que fizeram parte da construção do PNE e farão parte da construção de um novo, se inspirem e criem ferramentas semelhantes com os objetivos de informar, organizar e mobilizar trabalhadores e estudantes, dos diferentes níveis e modalidades de ensino no Brasil, para que suas metas e estratégias possam ser acompanhados no sentido de cobrar a sua implementação.

7. REFERÊNCIAS

ALVAREZ et al. Edgar Bisset **Os Sistemas de Recomendação, Arquitetura da Informação e a Encontrabilidade da Informação.** TransInformação, Campinas, 28(3):275-286, set./dez., 2016

ANTUNES, André. **Censo Escolar: educação profissional tem redução no número de matrículas.** Disponível em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/censo-escolar-educacao-profissional-tem-reducao-no-numero-de-matriculas>> Acesso: 25/03/2023

AMARAL, Nelson Cardoso. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** Revista Brasileira de Educação v. 22, n. 71, 2017.

AMORIM, M. L. **Educação profissional e formação integrada do trabalhador na legislação brasileira: avanços, retrocessos e desafios.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional ISSN: 2358-1190, 2015

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** - 2.ed. - São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

ASCOM IFRO, **Reitores têm audiência com parlamentares em ato em prol da defesa dos Institutos Federais.** Disponível em <<http://www.ifto.edu.br/noticias/reitores-tem-audiencia-com-parlamentares-em-ato-em-prol-da-defesa-dos-institutos-federais>> Acesso: 25/03/2023

ASSIS, Lúcia Maria. **A avaliação e o Plano Nacional de Educação: concepções e práticas em disputa.** In. DOURADO, Luiz Fernandes (org.). Plano Nacional de Educação 2014/2024: avaliação e perspectiva. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

AZEVEDO, Fernando de et. al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº13.005/2014. Brasília: Mec, 2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

_____. [Constituição (1934)]. **Constituição da república dos estados unidos do brasil. Brasília, 16 de Julho de 1934.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>Acesso em: 13 março, 2023.

_____. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1969.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm >. Acesso em: 13 março, 2023.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm >. Acesso em: 13 de março, 2023.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2016-2021)**. Brasília, DF, [s. d]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 4 março 2023.

_____. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica (2026-2021).** Brasília: Inep, 2023. Disponível em < https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> Acessado em: 4 março 2023.

BOITO Jr, Armando. **Os atores e o enredo da crise política.** In Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

BRITTO. C. A. **Distinção entre "controle social do poder" e "participação popular".** R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 189: 114-22, jul./ set. 1992

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **Balanço do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/balanco-pne-versao-estendida/ >. Acesso em: 10 fev. 2023. Acesso em: 4 março 2023.

_____. **Nota técnica 01/2016.** Disponível em < http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Nota-conjunta-FINEDUCA-CNDE_01_2016.pdf >. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. **Balanço do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2020/materiais/BALANCO14052020.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____**. PNE chega à metade de seu período de vigência com 16 metas estagnadas e 4 com avanço parcial.** Disponível em: <http://campanha.org.br/educacao-infantil/pne-chega-a-metade-de-seu-periodo-de-vigencia-com-16-metas-estagnadas-e-4-com-avanco-parcial/>. Acesso em: 13 março, 2023.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?** Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 187-205 | jan-abr | 2014

_____. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Revista trabalho necessário. Ano 3. Número 3 - 2005.

CODES, Ana. et al. **Uma leitura do plano nacional de educação (pne) e uma proposta para seu monitoramento.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

COLOMBO, C. B. **Arquitetura de Informação na Web: estudo de caso de web site corporativo.** 2001. 151 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios)– Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/ document/?code=vtls000219663>. Acesso em: 27 mar. 2023.

COUTINHO, T. P. S. C; SILVA, R. F. **A educação profissional de 1964 a 1984: a dualidade estrutural como uma realidade.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional ISSN: 2358-1190, 2015

DIPLOMATIQUE. **Em 2019, a educação perdeu R$ 32,6 bi para o Teto de Gastos**. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>> Acessado em 29/03/2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado.** 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional.** – 12 ed – São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In Metodologia da pesquisa educacional / Ivani Fazenda (org.). – 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no brasil** Disponível em: <<https://anped.org.br/biblioteca/item/o-fio-da-historia-genese-da-formacao-profissional-no-brasil>>. Acesso em 18/05/2021

GOMES, Rodrigo. **Bolsonaro não aplica orçamento do EJA, que pode acabar.** Disponível em em<<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/bolsonaro-orcamento-eja/>> Acesso: 24/03/2023

GOULART, J. L; TROIAN, A; QUISPE, J. N. **Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil.** Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí • ISSN 2237-6453 • Ano 16 • n. 45 • out./dez. • 2018

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere, volume 2** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional; 2022.

LAGARES, Rosilene. **Planejamento da educação municipal no Tocantins: processos de construção de planos, regime de colaboração, gestão democrática.** Interacções N°. 35, PP. 75-86 (2015)

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. tradução Mariana Exalar.** - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; FUSCO, Elvis; SCANAVACCA, Aline Cristina. **Websites educacionais: considerações acerca da arquitetura da informação no processo de ensino-aprendizagem.** Educação em Revista, Marília, v. 11, n.2, p. 23-40, Jul.-Dez. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2010.v11n2.2319. Acesso em: 27 de mar. 2023.

LUDUVICE, Paulo Vinícius Santos Sulli. **O financiamento da educação básica e os interesses das classes e 2023 das frações de classes burguesas no Brasil.** - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2023. 271 p.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de ept no brasil - período 2003-2015 - implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores.** Tese (Doutorado - Doutorado em educação). Universidade de Brasília, 2016.

MARX, Karl, 1818-1883. **Crítica do Programa de Gotha** / Karl Marx ; seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo : Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels)

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 1. ed. - São Paulo: Expressão popular, 2009.

MIRANDA, Sônia Guariza. **A configuração do capitalismo, a reforma do Estado e a educação.** In Educação, Estado e contradições sociais. Paulino José Orso, Sebastião Rodrigues Gonçalves, Valci Maria Mattos (Organizadores)--1.ed.-- São Paulo: Outras Expressões. 2011.

MOURA, D. H; FILHO, D. L.L; SILVA, M. R. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 63 out.-dez. 2015

PELISSARI, Lucas Barbosa **UM BALANÇO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: de Lula da Silva a Michel Temer** RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. 5, nº 08, p. 279-296, jan.-jun./2020.

PÉREZ. L. G; NASSIF. M. E. **Fatores de influência na avaliação dos observatórios sociais do brasil sob a perspectiva da gestão de informação.** Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.27, n.3, p. 31-48, set./dez. 2017

PICANÇO, Iracy Silva. **Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil.** Inep e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Série Documental/Relatos de Pesquisa n. 33, julho de 1995.

RAMOS, Mariza. **Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica.** Porto Alegre: Artmed, 2010

SAES, Décio Azevedo Marques de. **O direito à educação nas constituições: um modelo de análise.** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 20, p. 9-32, junho de 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

_____. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SILVA, Jacqueline Maria Cavalcante da. **Controle social das políticas públicas no Brasil : caminho para uma efetiva democracia** / Jacqueline Maria Cavalcante da Silva. - 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2010.

SOUZA, Cezar Amario Honorato de et all. **O plano nacional de educação entre o público e o privado: notas críticas** In: NOMERIANO, A. S. et al. (org.). As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

UOL. **Educação básica tem menor previsão orçamentária em 11 anos** Disponível em <<https://cultura.uol.com.br/noticias/53457_educacao-basica-tem-menor-previsao-orcamentaria-em-11-anos.html>> Acesso em: 24/03/2023

VASCONCELOS, R. F. A; AMORIM, M. L **A educação profissional sob a lógica empresarial do neodesenvolvimentismo de Lula e Dilma: o pne e o pronatec.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional ISSN: 2358-1190, 2015

ZAGO, Luis Henrique **O método dialético e a análise do real.** Kriterion, Belo Horizonte, nº 127, Jun./2013, p. 109-124

8. APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional a ser aqui apresentado é resultado de uma pesquisa vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica -ProfEPT, no Instituto Federal do Tocantins - IFTO, Campus Palmas. O Produto se insere na linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dentro do Macroprojeto 4 - História e memórias no contexto da EPT.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar em que medida as metas e estratégias referentes ao PNE sancionado em 2014, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, foram cumpridas, isso a partir do cenário político e educacional que surge em 2016 até o ano de 2022.

Optou-se por construir um produto educacional na categoria de mídia digital no formato de um site, pois entende-se que esta proposta tem uma maior possibilidade de armazenamento e socialização de informações, uma maior facilidade e praticidade para que a comunidade acesse e também a possibilidade de interação com diversas redes sociais, aumentando o seu alcance. O Endereço da página é: www.observatoriopneifto.com.br.

PRODUZIDO POR: PROF. ME. JEFFIRSON RAMOS DA SILVA
ORIENTADOR: PROF. DR. JAIR JOSÉ MALDANER

PRODUTO
EDUCACIONAL

OBSERVATÓRIO PNE - IFTO

Plano Nacional de Educação



PALMAS - TO, 2023

INSTITUTO FEDERAL
Tocantins

PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL

PRODUTO
EDUCACIONAL

Linha de pesquisa – Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto 4 – História e memórias no contexto da EPT

PALMAS - TO, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S586o Silva, Jeffirson Ramos da
Observatório do PNE no IFTO / Jeffirson Ramos da Silva. – Palmas, TO, 2023.
34 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2023.

Orientador: Dr. Jair José Maldaner

1. Plano Nacional de Educação. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Observatório Social. I. Maldaner, Jair José. II. Título.

ISBN: 978-65-00-68470-4 **CDD 370**

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 11.892 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008

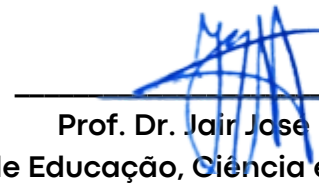
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

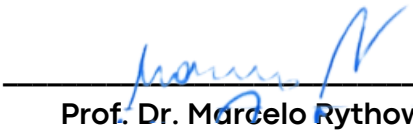
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE: OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de Maio de 2023
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Jair José Maldaner
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
(Orientador)



Prof. Dr. Marcelo Rythowen
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins / Palmas
(Membro interno)



Profa. Dra. Dilsilene Maria Aires de Santana
Universidade Federal do Tocantins / Palmas
(Membro externo)

PALMAS - TO, 2023

AUTORES



JEFFIRSON RAMOS DA SILVA

Formado em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB; Possui Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica; Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Educação em Palmas/TO.

E-mail: jeffirsonramos@gmail.com



JAIR JOSÉ MALDANER

Licenciado em Filosofia, Mestre e Doutor em Educação (UnB).
Professor do IFSC – Campus São Carlos, com atuação no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. Docente do ProfEPT.

E-mail: jair.maldaner@ifsc.edu.br

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....07

2 OBJETIVOS.....10

3 ESTRUTURA DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO.....11

3.1 Página Inicial.....13
3.2 Página 1 - PNE | Educação Profissional | Metas e Estratégias relacionadas à Educação Profissional – Estratégias presentes nas metas 03, 08, 09, 10, 11, 12, 15.....14
3.3 Página 2 – PNE/IFTO – Acompanhe o Campus do IFTO/Campus Palmas | dados do PNE e LOA relacionados ao IFTO/Campus Palmas.....20
3.4 Página 3 – DOWNLOADS | Artigos e Documentos sobre o PNE.....23
3.5 Página 4 – NOTÍCIAS | Notícias cotidianas relacionadas ao PNE.....24
3.6 Página 5 – QUEM SOMOS? Informações sobre autores.....25
3.7 Página 6 – SOBRE O OBSERVATÓRIO – Informações sobre o Observatório.....25
3.8 Página 7 – Fala com a gente – Espaço para os usuários entrarem em contato para tirar dúvidas, solicitar informações ou fazer comentários.....26

4 FUNCIONAMENTO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....27

5 PASSO A PASSO PARA MONTAR SEU OBSERVATÓRIO DO PNE.....30

6 CONCLUSÃO.....32

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....33



01 APRESENTAÇÃO

Este Produto Educacional é resultado da pesquisa de mestrado "Análise da educação profissional e tecnológica a partir do PNE: observatório do plano nacional de educação no IFTO" que é vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), IFTO, campus Palmas. O Produto se insere na linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dentro do Macroprojeto 4 - História e memórias no contexto da EPT.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar em que medida as metas e estratégias referentes ao PNE sancionado em 2014, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, foram cumpridas, isso a partir do cenário político e educacional que surge em 2016 até o ano de 2022.

Optou-se por construir um produto educacional na categoria de mídia digital no formato de um site e que tem como objetivo ser um Observatório do PNE no IFTO (www.observatoriopneifto.com.br), pois entende-se que esta proposta tem uma maior possibilidade de armazenamento e socialização de informações, uma maior facilidade e praticidade para que a comunidade acesse e também a possibilidade de interação com diversas redes sociais, aumentando o seu alcance. O Observatório e suas informações estão disponíveis para que possam ser utilizadas em sala de aula para ser trabalhado de forma transversal, ou para ser utilizado no auxílio em pesquisas ou reuniões/espaços em que possa tratar do PNE.

De acordo com Colombo (2001) os dados colocados precisam não apenas estar armazenados e disponíveis em um Site, eles precisam fazer sentido e dialogar com um contexto, somente assim é que este material se eleva à categoria de informação. Porém, de acordo com o autor, para esta informação chegar a um processo de conhecimento é preciso toda uma estrutura, chamada de "arquitetura de informação" que diz respeito a como apresentar e fazer chegar esta informação da melhor forma possível ao público alvo.

De modo simplificado, toda comunicação consiste na tentativa de emissão de uma informação com um determinado conteúdo a pessoas igualmente determinadas, por meio de um instrumento devidamente escolhido para esta finalidade. (LUVIZOTTO, FUSCO E SCANAVACCA, p. 27, 2010).

Assim, o objetivo deste produto educacional no formato de um Observatório é oferecer algo que seja interessante no sentido de que diz respeito ao dia-dia, seja do estudante ou do profissional do IFTO. Desta forma o Observatório tem como objetivo principal armazenar e divulgar as informações referentes às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação que são específicas e dizem respeito à Educação Profissional e Tecnológica e que também estão relacionadas ao IFTO junto com a análise resultante da pesquisa.

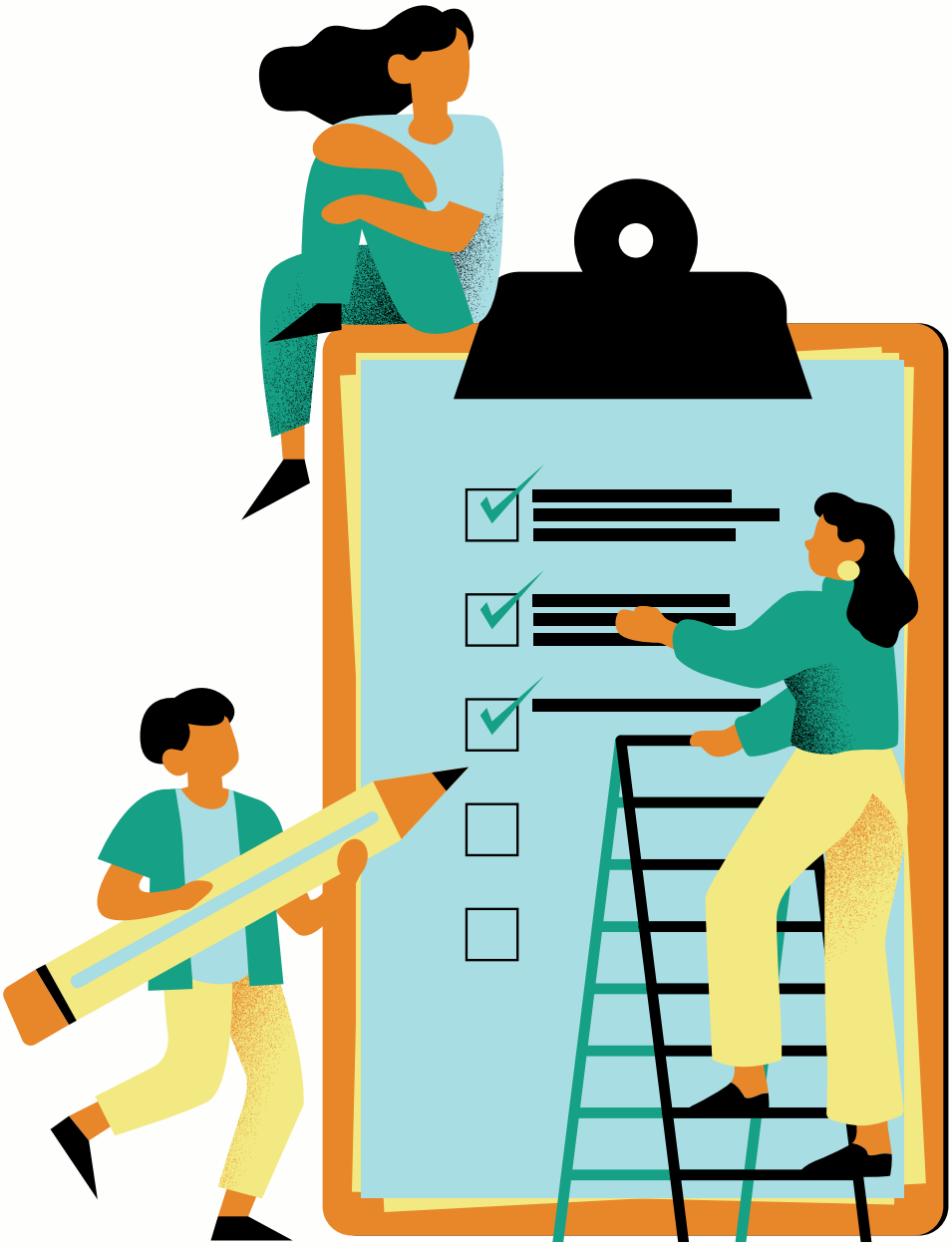
Para Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010), o uso de ferramentas da internet como os sites, tem a capacidade de fortalecer a coletividade e a construção social do conhecimento, aprimorar a produção e circulação de informações, podendo ser uma ferramenta de uso e manutenção de uma memória coletiva.

No Observatório podem ser encontrados documentos e análise relacionados ao PNE, ao IFTO e à EPT fruto da pesquisa do Mestrado, além de documentos do Censo Escolar da Educação Básica dos anos de 2016 a 2022, textos sobre a temática, notícias, informações sobre os autores e ainda pode entrar em contato para fazer alguma sugestão/pedido ou tirar alguma dúvida.

Compreende-se que o Site, tem o objetivo de ser um observatório, e que também possa ser útil para aumentar o interesse da comunidade do IFTO sobre o PNE e assim fortalecer o acompanhamento da sua execução e posteriormente possa funcionar como uma ferramenta para auxiliar no debate do próximo Plano Nacional de Educação.

O Observatório começou a ser aplicado no mês de Abril/2023 para estudantes e profissionais do IFTO/Campus Palmas, por isso a divulgação tem o foco neste público. O domínio está registrado por um período de 2 anos, e nesse período o Observatório será constantemente atualizado.

Parte-se também da compreensão de que a ideia do Observatório, como produto educacional, tem como objetivo um acompanhamento mais próximo do PNE, e que utiliza para isso os dados, as metas e estratégias específicas para determinado segmento da educação. Pode, ainda, servir de modelo para que estudantes e profissionais de diferentes níveis, etapas e modalidades de Ensino possam tomá-lo como exemplo e construir outros instrumentos com a mesma finalidade.





02 OBJETIVOS

- Divulgar o PNE, suas metas e estratégias que são específicas da EPT;
- Fomentar o interesse ao PNE no IFTO Campus/Palmas;
- Promover a divulgação de dados escolares, relacionados ao PNE a nível nacional e em nível do IFTO.



03 ESTRUTURA DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO IFTO

O SITE que tem o objetivo de ser um observatório, e onde constará as metas e estratégias do PNE que são específicas da EPT e os dados escolares, relacionados ao PNE a nível nacional e em nível do IFTO, é dividido em 6 páginas.

De acordo com Pérez e Nassif (2017), o termo Observatório tem origem remetida em 1962, quando "Wood (1963) sugeriu que as políticas urbanas fossem tratadas como um fenômeno científico e submetidas à observação." (p.32), partindo da ideia de que as transformações significativas que ocorrem na sociedade podem ser observáveis, como o acompanhamento dos desdobramentos dessas mudanças.

Para compreender melhor a importância de um espaço/instrumento como este, contendo as informações mencionadas no parágrafo anterior, trazemos Goulart, Troian, Quispe (2020) que nos diz,

> No Brasil, os Observatórios Sociais (OS) surgiram na década de 90, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresentou a consolidação de importantes movimentos na sociedade brasileira e **influenciou o desenvolvimento de observatórios sobre políticas públicas**. (p. 114. **Grifos nosso**)

De acordo com os autores, e tendo como base a constituição de 88, o surgimento dos Observatórios Sociais representou avanços no acesso, no acompanhamento e controle da administração pública. Diminuindo a distância entre a sociedade e as informações que tem impacto direto no dia a dia da população.

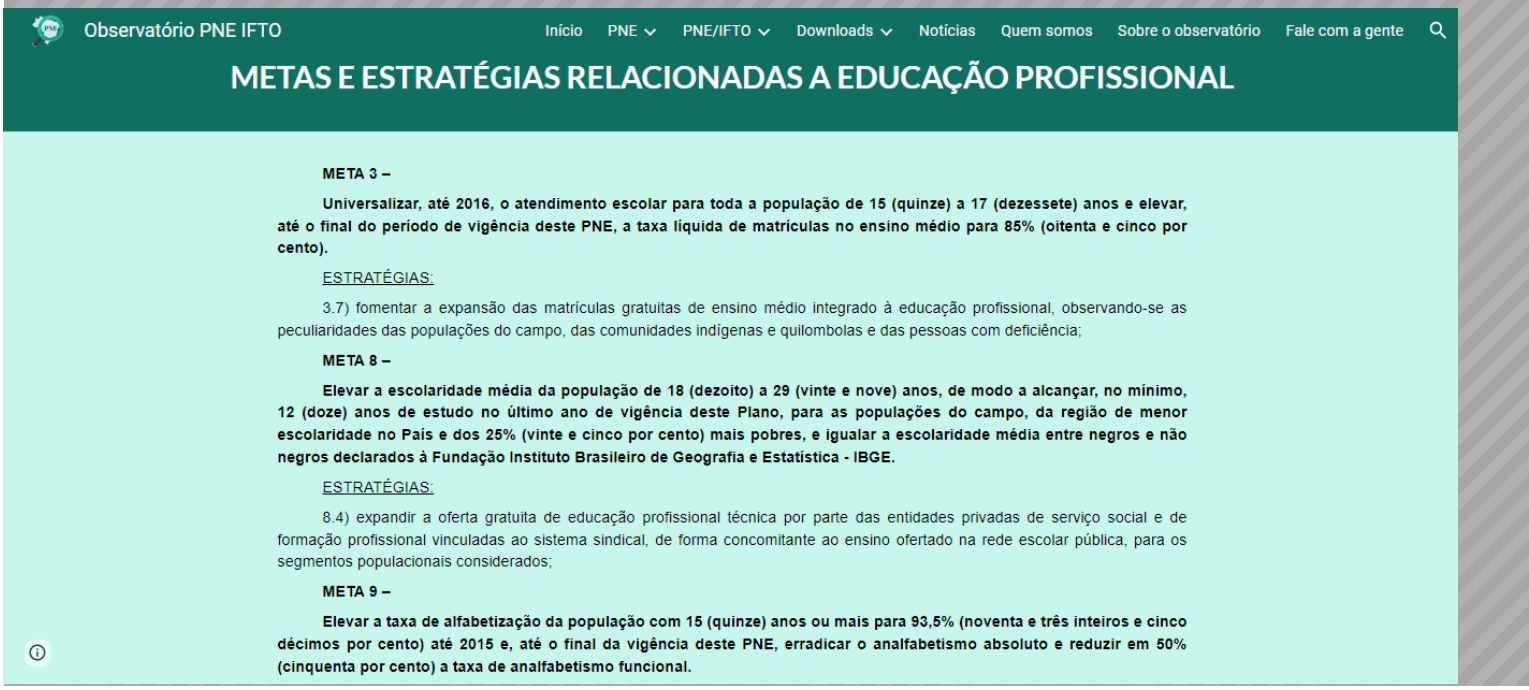
No Brasil já existem milhares de Sites que tem o objetivo de serem observatórios, que estudam e acompanham vários campos do conhecimento, e tratam desde informações de caráter mais local até questões de natureza e impactos maiores (PÉREZ E NASSIF, 2017).



3.1 Página Inicial



3.2 Página 1 - PNE | Educação Profissional | Metas e Estratégias relacionadas à Educação Profissional – Estratégias presentes nas metas 3, 08, 09, 10, 11, 12, 15.



Observatório PNE IFTO

Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

METAS E ESTRATÉGIAS RELACIONADAS A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 3 –

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

3.7) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

META 8 –

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS:

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

META 9 –

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.



Observatório PNE IFTO

Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

ESTRATÉGIAS:

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

META 10 –

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

META 11 –

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

Observatório PNE IFTO Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores

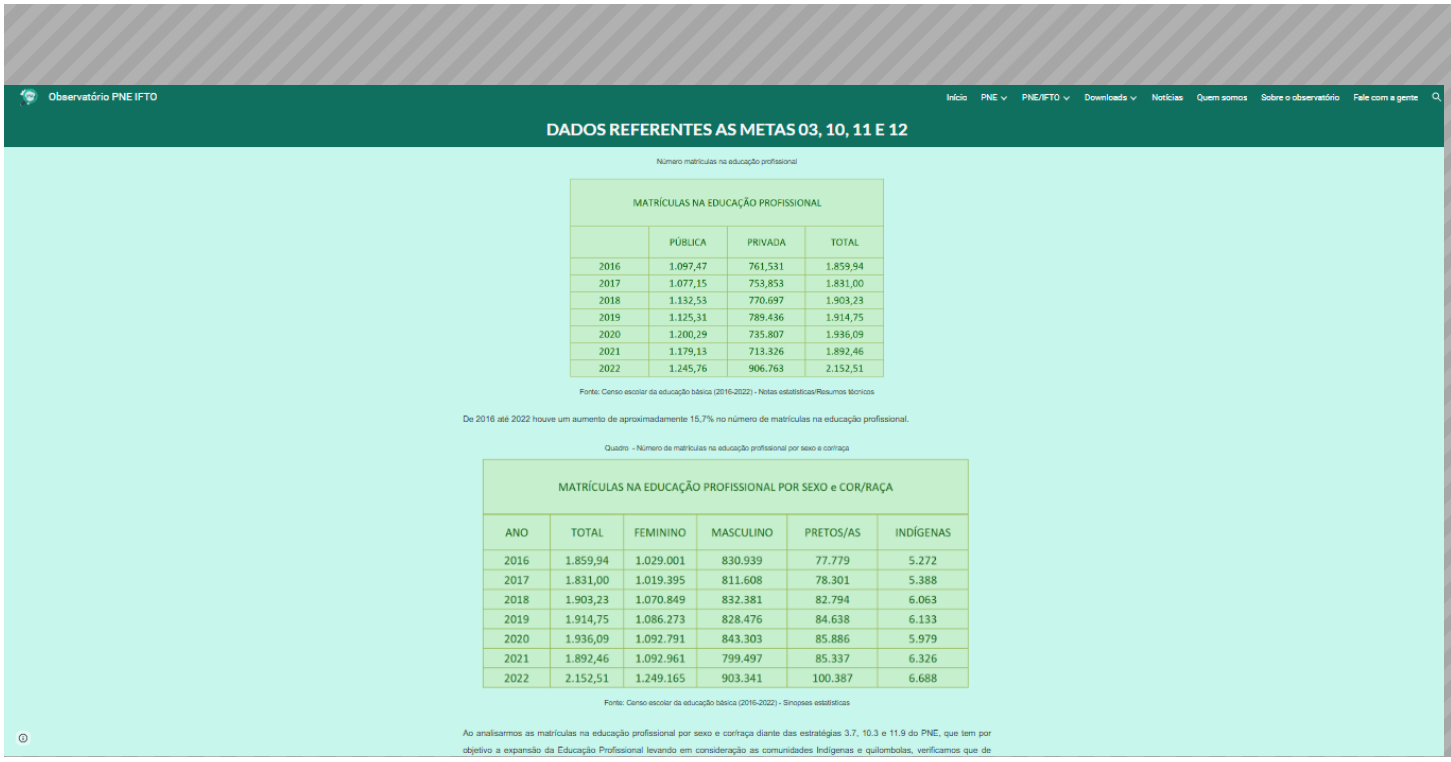
META 12 –

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede


Observatório PNE IFTO
Início
PNE
PNE/IFTO
Downloads
Notícias
Quem somos
Sobre o observatório
Fale com a gente
META 12 –
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
ESTRATÉGIAS:
12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
META 15 –
Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caputdo art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
ESTRATÉGIAS:
15.13) desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.
Quem somos


Observatório PNE IFTO
Início
PNE
PNE/IFTO
Downloads
Notícias
Quem somos
Sobre o observatório
Fale com a gente
DADOS REFERENTES AS METAS 03, 10, 11 E 12
Número matrículas na educação profissional
MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PÚBLICA PRIVADA TOTAL
2016 1.097,47 761,531 1.859,94
2017 1.077,15 753,853 1.831,00
2018 1.132,53 770.697 1.903,23
2019 1.125,31 789.436 1.914,75
2020 1.200,29 735.807 1.936,09
2021 1.179,13 713.326 1.892,46
2022 1.245,76 906.763 2.152,51
Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumos técnicos
De 2016 até 2022 houve um aumento de aproximadamente 15,7% no número de matrículas na educação profissional.
Quadro - Número de matrículas na educação profissional por sexo e corraça
MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR SEXO e COR/RAÇA
ANO TOTAL FEMININO MASCULINO PRETOS/AS INDÍGENAS
2016 1.859,94 1.029.001 830.939 77.779 5.272
2017 1.831,00 1.019.395 811.608 78.301 5.388
2018 1.903,23 1.070.849 832.381 82.794 6.063
2019 1.914,75 1.086.273 828.476 84.638 6.133
2020 1.936,09 1.092.791 843.303 85.886 5.979
2021 1.892,46 1.092.961 799.497 85.337 6.326
2022 2.152,51 1.249.165 903.341 100.387 6.688
Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Sinopses estatísticas
Ao analisarmos as matrículas na educação profissional por sexo e corraça diante das estratégias 3.7, 10.3 e 11.9 do PNE, que tem por objetivo a expansão da Educação Profissional levando em consideração as comunidades Indígenas e quilombolas, verificamos que de

2016 a 2022 a porcentagem dos que se declaram pretos/as passa de 4,18% para 4,6% e a de Indígenas vai de 0,28% para 0,31%.

As estratégias 3.7, 10.3 e 11.9 não estipulam dados quantitativos a serem atingidos, porém mesmo observando que ocorreu avanços, compreendemos que ainda está muito aquém do que a Educação brasileira precisa, por exemplo os dados do Censo (2026 -2022) mostram que na parcela dos estudantes que se declaram brancos, ocorreu um aumento de 1,4% no mesmo período analisado, foram de 31,1% em 2016 para 32,5% em 2022, um aumento quase quatro vezes maior que a de pretos.

Número de matrículas na EJA integrada à educação Profissional

ANO	MATRÍCULAS DE EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ENSINO MÉDIO	MATRÍCULAS DE EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL
2016	34.502	61.912	96.414
2017	42.766	11.736	54.502
2018	42.175	5.695	47.870
2019	41.593	11.799	53.392
2020	44.910	9.328	54.238
2021	47.278	17.667	64.945
2022	62.404	35.188	97.188

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumos técnicos

A meta 10 coloca que 25% das matrículas da EJA deveriam ser integradas a EPT até o final de vigência do PNE, porém até 2022, de acordo com o censo escolar da educação básica, o número total de matrículas na EJA eram de 2.774.428, o que representa aproximadamente apenas 3,5% de matrículas dedicadas a EJA integradas a Educação Profissional, bem distante da meta estipulada pelo PNE.

Número total de matrículas da educação profissional técnica de nível médio

NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	
2016	1.775,32
2017	1.791,81
2018	1.868,92
2019	1.874,97
2020	1.901,48
2021	1.851,54
2022	2.069,78

Observatório PNE IFTO
Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

A meta 11 do PNE coloca que até 2024 as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio devem ser triplicadas, isso quer dizer que de acordo com os dados de 2013, em 2024 o número de matrículas deverá chegar a 5.224,584. De 2016 até 2022 ocorreu um acréscimo de 294.459 matrículas, o que totaliza 2.069,783 novos estudantes, porém mesmo com o aumento, esta expansão representa apenas 39,6% do necessário para atingir o objetivo da meta estabelecida até o ano de 2024.

Número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio

CURSO TÉCNICO† INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO			
	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
2016	506.574	25.269	531.843
2017	565.394	23.968	554.319
2018	562.280	22.284	584.564
2019	602.656	20.522	623.178
2020	665.780	22.909	688.689
2021	703.176	23.815	726.991
2022	740.591	54.364	794.955

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) - Notas estatísticas/Resumos técnicos †Acrescido do magistério

Verifica-se que as matrículas do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, na rede pública, vem em constante aumento (exceto no ano de 2018), enquanto a rede privada ocorre uma diminuição no número de matrículas até o ano de 2019, a partir daí ocorrem sucessivos aumentos. Essa tendência, também é registrada em outras modalidades de cursos técnicos, porém mesmo com os aumentos nos últimos anos na rede privada, a meta de expansão da Meta 11, de pelo menos 50% no segmento público vem conseguindo ser atingida. A estratégia 3.7 que consiste em "fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional" também vem sendo cumprida.

Números relacionados a Educação profissional no Campo: matrículas, estabelecimentos e turmas

ANO	PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL	NÚMERO DE TURMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL
2016	6,40%	877	4.548
2017	6,10%	510	3.915
2018	5,50%	427	3.699
2019	5,40%	461	3.658



Observatório PNE IFTO

Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

estratégia 3.7 que consiste em "fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional" também vem sendo cumprida.

Números relacionados a Educação profissional no Campo: matrículas, estabelecimentos e turmas

ANO	PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL	NÚMERO DE TURMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA RURAL
2016	6,40%	877	4.548
2017	6,10%	510	3.915
2018	5,50%	427	3.699
2019	5,40%	461	3.658
2020	5,70%	501	3.776
2021	5,70%	584	3.965
2022	5,80%	808	4.645

Fonte: Censo escolar da educação básica (2016-2022) e Sinopses estatísticas

Do início ao fim do período contabilizado ocorre uma diminuição de 0,6% nos números de matrículas no campo em relação ao urbano. Isso se reflete nos números de estabelecimentos localizados na área rural que reduziram em 8% no período analisado. Já o número de turmas localizadas na área rural cresceu 2%. Os números baixos até então, vão na contramão do que coloca a estratégias (3.7; 11.9; 12.2) presentes nas Metas 3, 11 e 12, que é a de expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas.

Número de pessoas privadas de liberdade que fazia curso técnico ou capacitação profissional

NÚMERO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE QUE FAZIAM CURSO TÉCNICO OU CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
2016	5.761
2022	13.374

Fonte: INFOPEN

O número de pessoas privadas de liberdade que faziam curso técnico ou capacitação profissional em Junho de 2016 era de 5.761. Já em junho de 2022 este número era de 13.374, o que corresponde a um aumento de 232%, e significa uma expansão, atendendo a exigência da estratégia 10.10, presente na Meta 10, até então.



Observatório PNE IFTO

Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

DADOS REFERENTES AS METAS 09 E 15

META 9

A Meta 09 tem por objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais e busca como foco erradicar o analfabetismo e reduzir o analfabetismo funcional em 50%. Porém de acordo com o Balanço do Plano Nacional de Educação (CNDE, 2023) produzido pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, sem uma aceleração, a perspectiva é que o objetivo estabelecido para 2024 não seja cumprido visto que dados de 2020 demonstram que a porcentagem de pessoas que declararam saber ler e escrever era ainda de 94,2%, e com a pandemia do Coronavírus este número diminuiu ainda mais, visto que mudanças na forma de ensino foram implementadas.

Para se ter uma ideia, de acordo com a nota técnica "Impactos da pandemia na alfabetização de crianças", produzida pela ONG Todos Pela Educação em fevereiro de 2021, entre os anos de 2019 e 2021, o números de crianças de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever aumentou em 66,3 %, esse dado teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2012 a 2021.

Já de acordo com a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação o quadro de Analfabetismo Funcional caminhou na contramão do que se tinha proposto, pois saiu de uma taxa de 27% em 2015 para 29% em 2018, ficando ainda mais distante da Meta esperada para 2024 que é de 13,5%.

META 15

Do ponto de vista da formação docente para a Educação profissional presente nas estratégias da Meta 15, em 2017 é implementado o ProfEPT, que é o Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional. Teve início oferecendo 400 vagas no formato semipresencial e com a participação de 18 Institutos Federais e tem a função de aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, em articulação com a demanda por qualificação de profissionais da rede federal de Educação.


Observatório PNE IFTO
Início
PNE
PNE/IFTO
Downloads
Notícias
Quem somos
Sobre o observatório
Fale com a gente
DADOS REFERENTE A META 11
META 11
De acordo o Relatório da CMAP, tendo como base a Plataforma Nilo Peçanha 2021 (ano base 2020) a Rede Federal EPCT atingiu a Eficiência Acadêmica de 50,8%, sendo que nenhuma das 41 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional atingiu a meta de 90% de taxa de conclusão, que é o objetivo da estratégia 11.11.
PNE
OBSERVATÓRIO
PNE - IFTO
Quem somos
Contato
Artigos
Instagram

3.3 Página 2 – PNE/IFTO – Acompanhe o Campus do IFTO/Campus Palmas | dados do PNE e LOA relacionados ao IFTO/Campus Palmas.



Dados do IFTO - Números de matrículas e docentes na educação profissional e profissional técnica

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Matrículas na Educação Profissional	1417	1412	1622	1362	1320	1177	1101
Número de Matrículas na Educação Profissional Técnica - Modo profissionalizante de ensino correspondente às turmas de cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante), ou subsequente ao ensino médio e de normal/magistério	1253	1254	1491	1254	1225	1096	1034
Número de Docentes da Educação Profissional	165	156	172	166	166	168	175
Número de Docentes da Educação Profissional Técnica	0	0	0	156	0	0	168



No quadro acima podemos observar que em relação ao número de matrículas na educação profissional ocorreu uma redução de aproximadamente 23% de 2016 a 2022, e de aproximadamente 18% das matrículas na educação profissional técnica no mesmo período, no campus Palmas. Um fato que podemos observar é que no ano de 2018 ocorre o único aumento ao analisar este período, porém a partir de 2019 ocorre uma brusca queda que se segue até 2022.

Outro dado que vai um pouco na contramão dos números acima são os de docentes contabilizados no período, que aumentaram, mesmo que de forma pouco significativa. Ocorreu um acréscimo de 6% ao final do período analisado em relação à educação profissional, e de 7,6% na educação profissional técnica (dados disponibilizados apenas dos anos de 2019 e 2022).

Taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio no IFTO em 2020

TAXA DE CONCLUSÃO MÉDIA DOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NO IFTO EM 2020
50,04

Fonte: Microdados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

Outro dado importante que trazemos e que está relacionado às estratégias da Meta 11 do PNE, se refere a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, ao qual no IFTO teve o índice de 50,4% em 2020, bem distante dos 90% que o PNE se propõe a alcançar até 2024, mas bem próximo da média nacional que foi de 50,8%.

Números de turmas na Educação profissional, profissional técnica e EJA e número de salas e funcionários no IFTO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Turmas de Educação Profissional	56	55	63	51	50	50	47
Número de Turmas de Educação Profissional (Ensino médio integrado - Curso técnico subsequente)	48	47	55	43	42	42	39
Número de turmas de Educação Profissional na Modalidade EJA de ensino médio	8	8	8	8	8	8	8
Número de salas de aula utilizadas na escola (dentro e fora do prédio)	62	62	62	1	56	56	56
Total de funcionários da escola (inclusive profissionais escolares em sala de aula)	358	370	354	—	—	—	—

Fonte: Microdados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

Observatório PNE IFTO Início PNE PNE/IFTO Downloads Notícias Quem somos Sobre o observatório Fale com a gente

Como consequência da redução do número de matrículas podemos observar, no quadro abaixo, que de acordo com o Censo o número de turmas também é reduzido no período, em aproximadamente 17% na educação profissional e 19% na Educação profissional técnica e o número de salas de aulas utilizadas também sofre uma redução de aproximadamente 10% junto com o número total de funcionários que reduziu em aproximadamente 1,2% de 2016 a 2018, que foi o último ano declarado.

Os números de turmas dedicadas à modalidade de EJA de ensino médio permaneceram inalteradas durante todo o período, com 8 turmas.

Números de computadores, dados sobre alimentação escolar e materiais didáticos e sistema de cotas no IFTO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade de computadores em uso pelos alunos	365	365	388	—	—	—	—
Quantidade de computadores na escola	730	731	775	—	—	—	—
Alimentação escolar para os alunos - PNAE/FNDE	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim
Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural - Quilombolas	não	não	não	—	—	—	—
Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural - Indígena	não	não	não	—	—	—	—
Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural - Não utiliza	sim	sim	sim	—	—	—	—

Reserva de vagas por sistema de cotas para grupos específicos de alunos - Autodeclarado preto, pardo ou indígena (PPI)	—----	—----	—----	sim	sim	sim	sim

Fonte: Microdados e Sinopses estatísticas do Censo escolar da Educação básica (2016-2022)

Do ponto de vista dos avanços pedagógicos no que diz respeito a toda estrutura de materiais que contribuam para a melhoria da qualidade da educação, com base nos dados informados no censo podemos observar que em relação aos números de computadores em uso pelos alunos e de computadores na escola, ocorre um aumento de aproximadamente 6% nos dois, porém estes dados só foram declarados até o ano de 2018.

A meta 11 do PNE coloca entre as suas estratégias a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, nos dados do Censo relacionados ao IFTO verificamos até 2018 o instituto não possuía Materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural tanto para indígenas quanto para quilombolas porém declara que possui esses materiais de forma genérica, nos últimos três anos analisados não foram divulgados os dados.

Os dados que demonstram que o IFTO oferece alimentação escolar (somente no ano de 2018 consta que não ofereceu) e que desde 2018 oferece vagas por sistema de cotas para grupos autodeclarado preto, pardo ou indígena (PPI) reforça o compromisso da meta 11 em expandir as matrículas com o compromisso social de diminuir as desigualdades.

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - IFTO

Quadro 15 - LOA do IFTO

ORÇAMENTO IFTO - CAMPUS PALMAS		ORÇAMENTO GERAL - IFTO
LOA 2016	R$ 16.096.385,23	R$ 181.447.120,00
LOA 2017	R$ 12.918.190,23	R$ 203.498.885,00
LOA 2018	R$ 9.445.280,00	R$ 210.325.090,00
LOA 2019	R$ 10.189.443,18	R$ 238.900.761,00
LOA 2020	—	R$ 245.174.796,00
LOA 2021	—	R$ 134.805.955,00
LOA 2022	8.420.467,19	R$ 38.562.434,00

Fonte: Lei Orçamentária Anual do IFTO (2016 - 2022)

De acordo com os dados disponibilizados pelo IFTO em no site, a Lei Orçamentária Anual feita e disponibilizada pela instituição sofreu uma grande redução em suas propostas de despesas a partir do ano de 2017 como se verifica no quadro abaixo, a partir de 2019 as propostas de despesas começam a aumentar. Nos anos de 2020 e 2021 não estão disponíveis os valores específicos para o campus Palmas. Em 2022 o orçamento é reduzido novamente, agora 18% a menos que em relação a 2019.

Já o orçamento geral subiu uma média de 7,5% entre os anos de 2016 a 2020, porém em 2021 sofreu uma redução de 46% e em 2022 ocorre outra redução novamente, agora muito maior, de 72%.

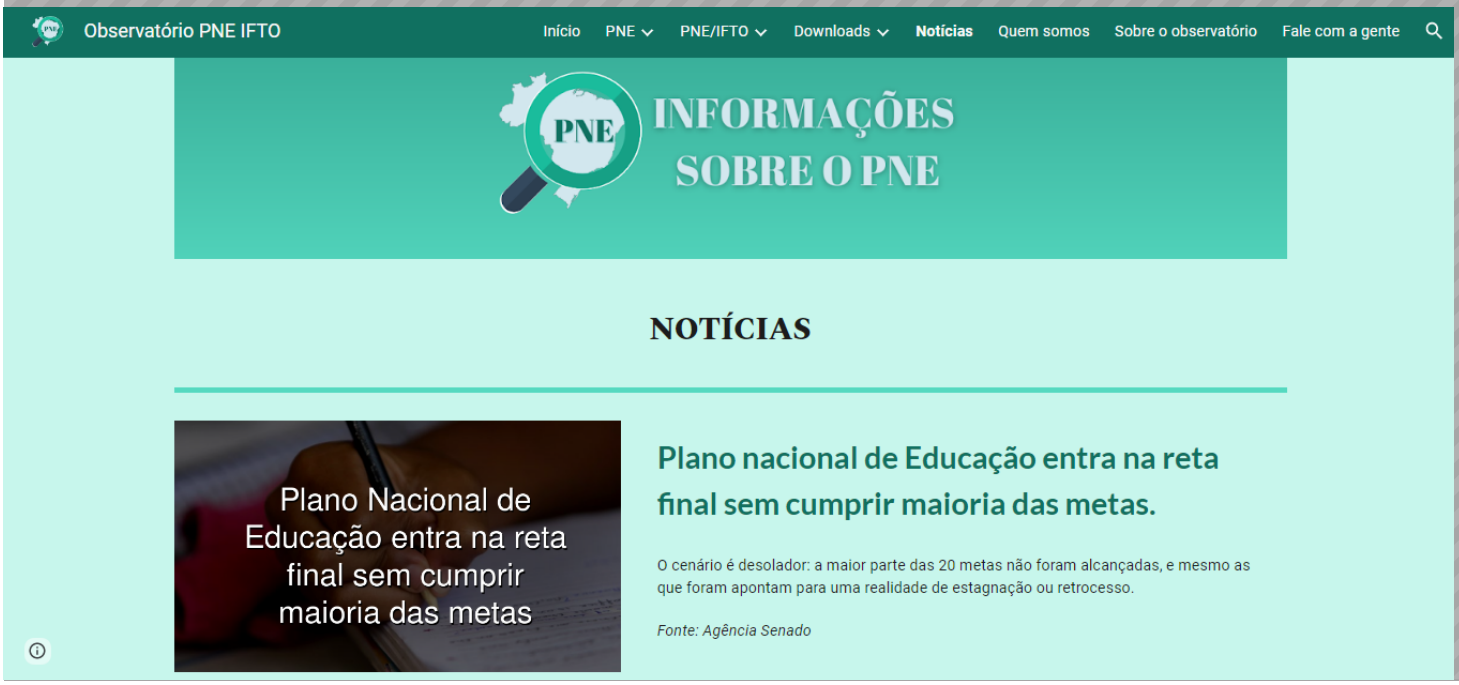
Trazemos estes dados no sentido de demonstrar que sem um avanço no orçamento, metas de aumento de matrículas e expansão estrutural são bem difíceis de concretizar. E foi o que ocorreu no Campus Palmas que de acordo com os dados da LOA, sofreu uma redução de 48% no período de 2016 a 2022.

3.4 Página 3 – DOWNLOADS | Artigos e Documentos sobre o PNE.



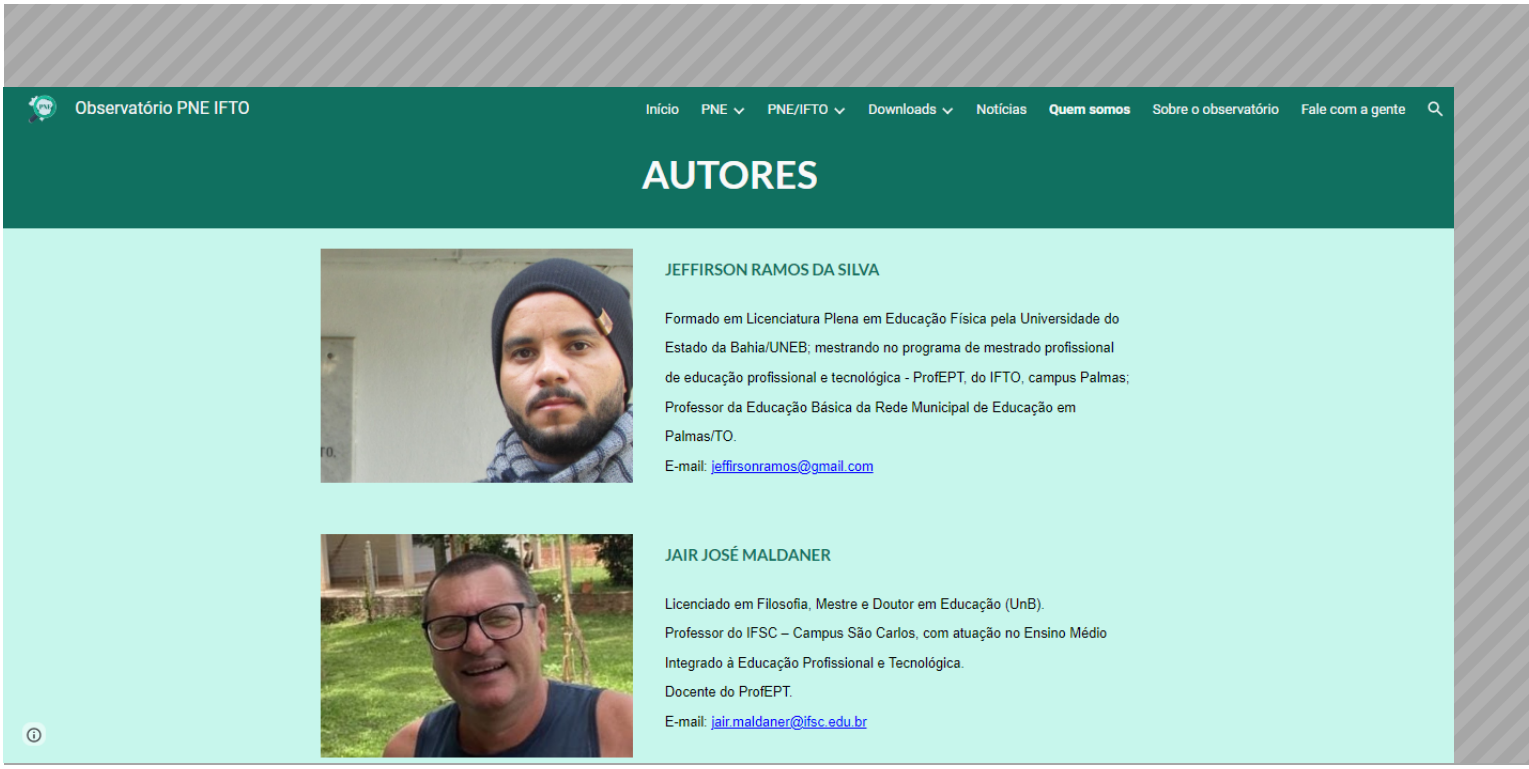


3.5 Página 4 – NOTÍCIAS | Notícias cotidianas relacionadas ao PNE.

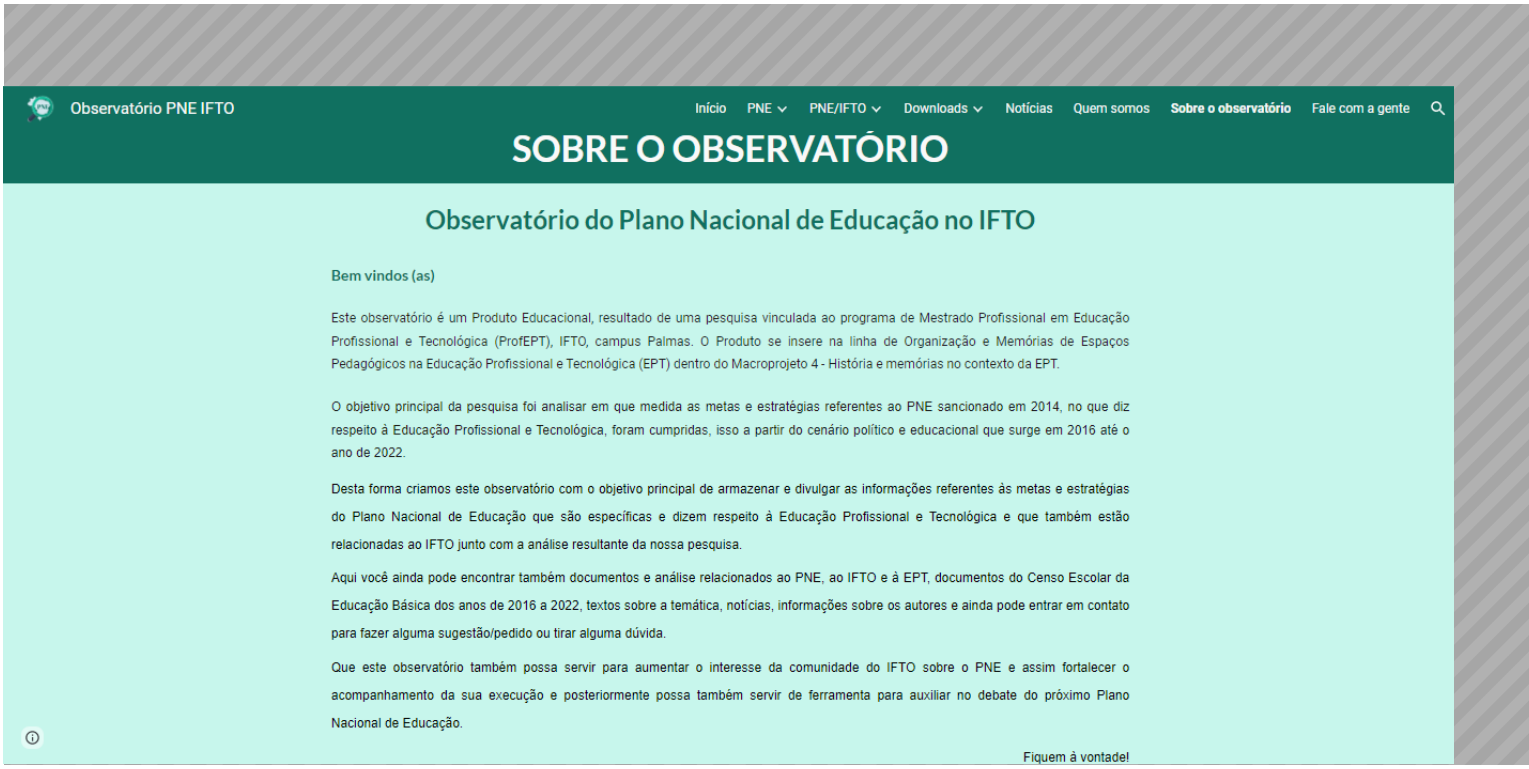




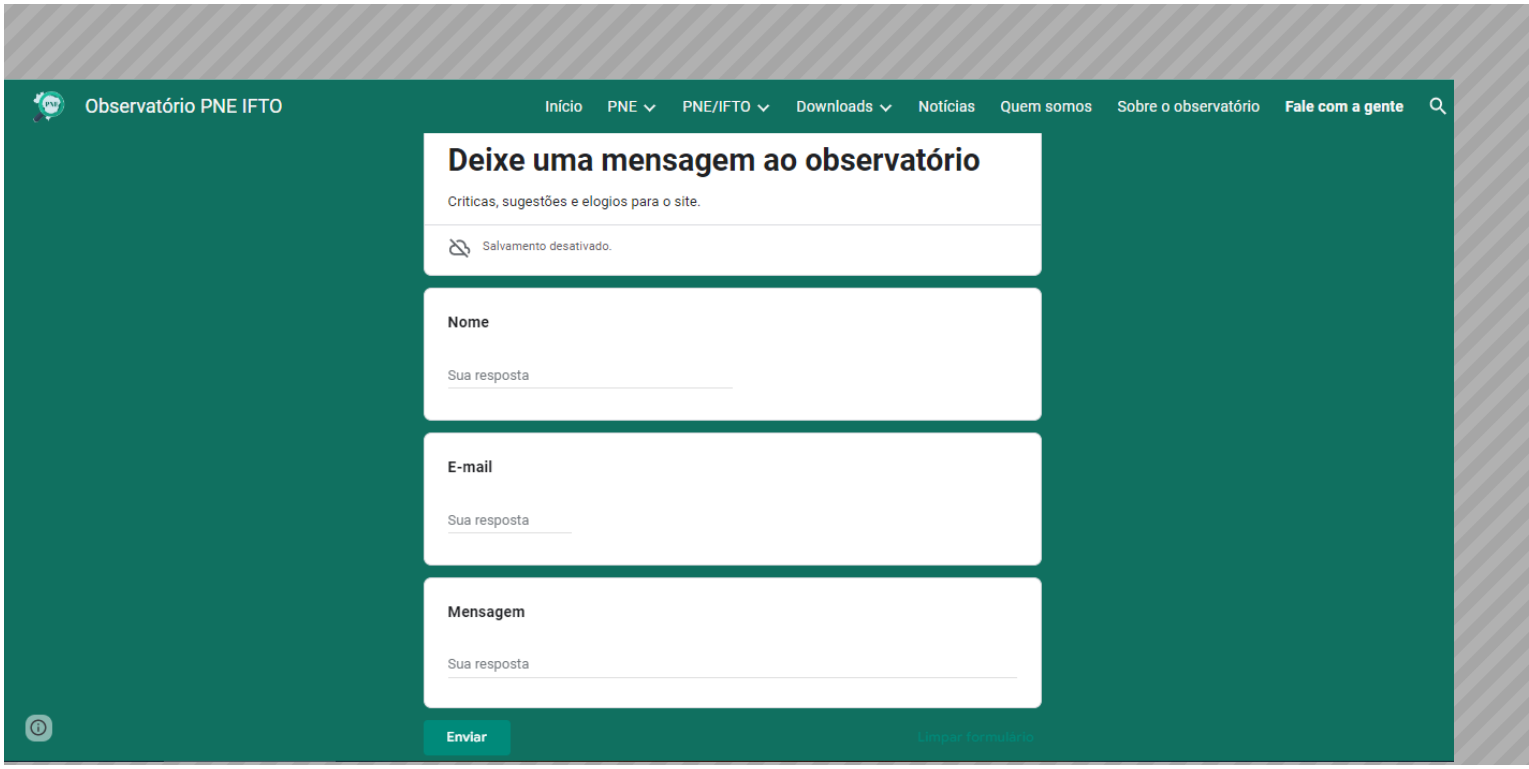
3.6 Página 5 – QUEM SOMOS? Informações sobre autores.



3.7 Página 6 – SOBRE O OBSERVATÓRIO – Informações sobre o Observatório.



3.8 Página 7 – Fala com a gente – Espaço para os usuários entrarem em contato para tirar dúvidas, solicitar informações ou fazer comentários.





04 FUNCIONAMENTO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

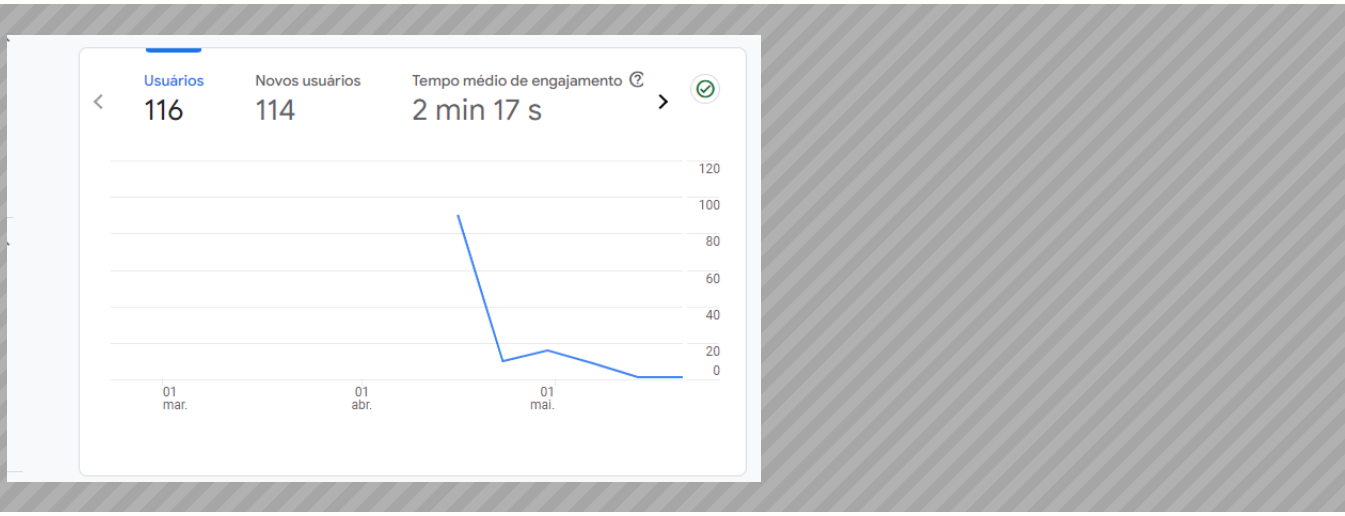
No primeiro momento, foi criada uma página na rede social “Instagram” para ajudar na divulgação do Observatório, sendo este um espaço mais dinâmico em que é possível acompanhar de forma rotineira postagens relacionadas ao conteúdo do Observatório e assim ajudar na sua propagação.



O endereço do observatório foi amplamente divulgado entre Estudantes, professores e demais funcionários do IFTO assim que o Observatório começou a funcionar no dia 17 de Abril/2023.

A aplicação do Produto vem se dando de forma digital, através do acesso das pessoas ao observatório e do monitoramento deste tráfego. Para isso vamos utilizar da tecnologia para medir o alcance que o Site vem tendo, utilizando da ferramenta "Google Analytics" para assim termos a possibilidade de medir o número e o tempo de acessos/visitas, bem como as informações/páginas que mais acessam.

Até a data 22 de Maio, ou seja, 35 dias após o Observatório estar funcionando, ele contabilizava o acesso de 114 novos usuários, com um tempo médio de engajamento na página de 2m17s. Mais de 50% dos acessos é da cidade de Palmas, mas também foram verificados usuários de outras cidades e estados do Brasil. A página inicial é a que possui mais visualizações, 288 de um total de 746 em todo o Site, porém a página "Dados do IFTO – Palmas" é a que possui o maior tempo médio de engajamento, com o tempo de 1m55s.



	Cidade	Usuários	Novos usuários	Sessões engajadas	Taxa de engajamento	Sessões engajadas por usuário
		91 100% do total	89 100% do total	100 100% do total	66,67% Média de 0%	1,10 Média de 0%
1	Palmas	45	43	54	69,23%	1,20
2	(not set)	18	17	14	50%	0,78
3	Brasília	6	4	6	75%	1,00
4	Porto Nacional	4	4	4	100%	1,00
5	Araguaína	3	3	4	80%	1,33
6	Goiania	3	2	2	66,67%	0,67
7	Paraíso do Tocantins	3	3	3	50%	1,00
8	Porto Alegre	3	3	3	100%	1,00
9	Cacador	2	2	1	50%	0,50
10	Rio de Janeiro	2	1	1	50%	0,50

	Título da págin...classe da tela	↓ Visualizações	Usuários	Visualizações por usuário	Tempo médio de engajamento
		746 100% do total	116 100% do total	6,43 Média de 0%	2 min 17 s Média de 0%
1	Observatório PNE IFTO	288	111	2,59	0 min 33 s
2	Observatório PNE IFTO - Quem somos	85	53	1,60	0 min 29 s
3	Observatório PNE IFTO - Artigos	69	38	1,82	0 min 32 s
4	Observatório PNE IFTO - Sobre o observatório	50	21	2,38	0 min 49 s
5	Observatório PNE IFTO - Dados do IFTO - Palmas	41	29	1,41	1 min 55 s
6	Observatório PNE IFTO - Fale com a gente	40	22	1,82	0 min 24 s
7	Observatório PNE IFTO - Notícias	37	18	2,06	0 min 45 s
8	Observatório PNE IFTO - Educação Profissional	33	17	1,94	0 min 43 s
9	Observatório PNE IFTO - Documentos	29	13	2,23	0 min 54 s

Outra ferramenta importante é o espaço que existe no Observatório "Fale com a gente" para que as pessoas possam enviar mensagens sugerindo e/ou solicitando informações relativas ao PNE e/ou ao IFTO.





05 PASSO A PASSO PARA MONTAR SEU OBSERVATÓRIO DO PNE

Quer montar um observatório social para acompanhar as Metas e Estratégias do PNE, disponibilizar para a comunidade e mobilizar as pessoas para conhecer a realidade de Educação? Basta seguir os passos abaixo:

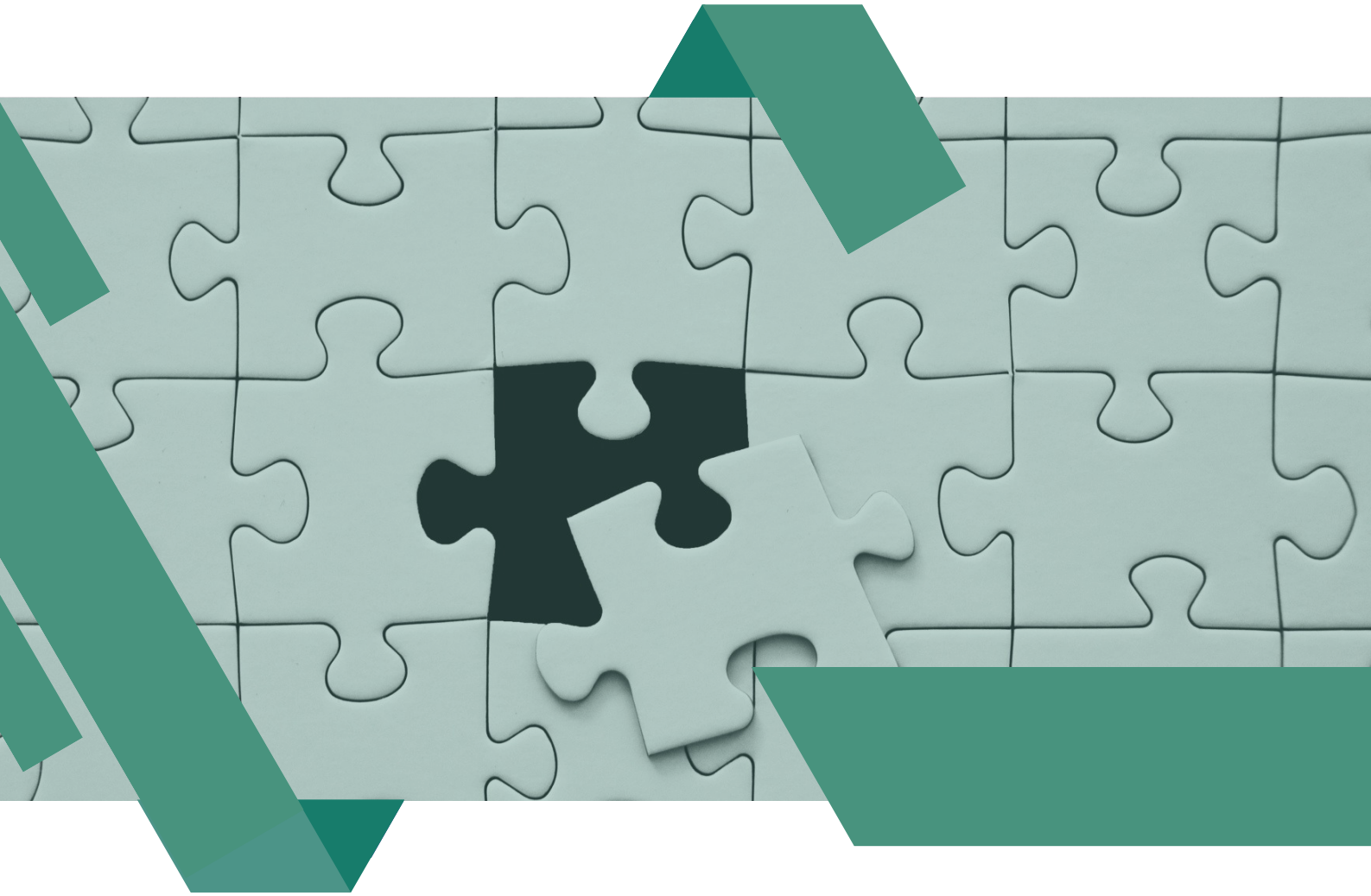
1. De acordo com modalidade ou a etapa da Educação que você atua, busque na lei do PNE as Metas e Estratégias que dizem respeito e citam diretamente a informação que procura;
2. Através do CENSO escolar e do acompanhamento do PNE feito por outras organizações, faça tabelas com os dados referentes às Metas e Estratégias que dizem respeito a modalidade ou a etapa da Educação que você atua.
3. Depois busque no Censo os dados referentes a escola e/ou instituição que você trabalha e faça uma relação com as Metas e Estratégias do PNE.

Etapas e modalidades da Educação:
Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Educação Superior, Educação De Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Especial.

4. Crie uma página na Internet e/ou uma página nas redes sociais para divulgar os dados e informações. De preferência organize esta página dividindo entre dados e informações Nacionais e Locais.
5. Divulgue amplamente entre os estudantes e trabalhadores.

Exemplos de Fontes de dados:
Censo escolar da educação básica;
Notas estatísticas do Censo;
Resumos técnicos do Censo;
Sinopses estatísticas do Censo;
Microdados do censo escolar.

Acesse www.observatoriopneifto.com.br e conheça o observatório.



06 CONCLUSÃO

Com este Produto Educacional apresentou-se a possibilidade de se trabalhar com o acompanhamento do PNE, através de suas metas e estratégias, tratando de informações específicas que dizem respeito à realidade ao qual os dados foram coletados e analisados.

Os dados e a análise referentes à Educação Profissional e Tecnológica, e aos IFTO relacionadas ao PNE visam tratar de uma estratégia e abordagem transversal, importante para a construção de uma educação que garanta a construção do pensamento crítico de toda a comunidade acadêmica, em especial dos estudantes.

A relevância deste Produto Educacional consiste também no fato de que esta proposta possa servir de inspiração (referência) para que outras iniciativas em outros locais aconteçam, e possam organizar a luta pelo cumprimento do PNE.

07 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ et al. Edgar Bisset **Os Sistemas de Recomendação, Arquitetura da Informação e a Encontrabilidade da Informação.** TransInformação, Campinas, 28(3):275-286, set./dez., 2016 BRASIL, MEC. Plano Nacional de Educação. Lei nº13.005/2014. Brasília: Mec, 2014.

BRASIL, MEC.. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2016-2021).** Brasília, DF, [s. d]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 4 março 2023.

_____. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2022.** Brasília, DF: Inep, 2022.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica (2026-2021).** Brasília: Inep, 2023. Disponível em < https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> Acessado em: 4 março 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **Balanço do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/balanco-pne-versao-estendida/ >. Acesso em: 10 fev. 2023. Acesso em: 4 março 2023. Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

COLOMBO, C. B. **Arquitetura de Informação na Web: estudo de caso de web site corporativo.** 2001. 151 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios)– Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/ document/?code=vtls000219663>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GOULART, J. L; TROIAN, A; QUISPE, J. N. **Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil.** Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí • ISSN 2237-6453 • Ano 16 • n.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2016; 2022.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; FUSCO, Elvis; SCANAVACCA, Aline Cristina. **Websites educacionais: considerações acerca da arquitetura da informação no processo de ensino-aprendizagem.** Educação emRevista, Marília, v. 11, n.2, p. 23-40, Jul.-Dez. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2236-5192.2010.v11n2.2319. Acesso em: 27 de mar. 2023.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de ept no Brasil - período 2003-2015 - implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores.** Tese (Doutorado em educação). Universidade de Brasília, 2016.

PÉREZ. L. G; NASSIF. M. E. **Fatores de influência na avaliação dos observatórios sociais do brasil sob a perspectiva da gestão de informação.** Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.27, n.3, p. 31-48, set./dez. 2017

SAVIANI, Dermeval.. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SILVA, Jacqueline Maria Cavalcante da. **Controle social das políticas públicas no Brasil : caminho para uma efetiva democracia** / Jacqueline Maria Cavalcante da Silva. - 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2010.

9. ANEXO 1

Metas e Estratégias do PNE (2014-2024) que tratam da Educação Profissional e Tecnológica.

Obs: as METAS 10 e 11 dizem respeito diretamente à Educação Profissional e Tecnológica.

META 3 –

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

3.7) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

META 8 –

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS:

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

META 9 –

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem

e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

META 10 –

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos

articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

META 11 –

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades

indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores

META 12 –

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

META 15 –

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caputdo art. 61 da Lei n 9.394, de 20

de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.13) desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.